

QUESTÃO 1. Pedro, cidadão brasileiro, graduou-se em Direito em renomada instituição norte-americana. Caso deseje exercer no Brasil a profissão de advogado, Pedro deverá solicitar inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o requisito que, em tal ocasião, Pedro estará dispensado de apresentar.

- a) Revalidação do título de graduação em Direito.
- b) Aprovação em Exame de Ordem.
- c) Ter sido admitido em estágio profissional de advocacia.
- d) Prestação de compromisso perante o conselho.

Comentários

A alternativa correta é a letra C

Os requisitos para o exercício da profissão de advogado, na hipótese em que a graduação em Direito tenha ocorrido no exterior, estão previstos no artigo 8º, §2º, do Estatuto da OAB, que exige, ainda, o preenchimento dos requisitos gerais previstos no caput do citado dispositivo.

Nesses termos, dispõe o artigo 8º do Estatuto da OAB:

Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário:

- I - capacidade civil;
- II - diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada;
- III - título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro;
- IV - aprovação em Exame de Ordem;
- V - não exercer atividade incompatível com a advocacia;
- VI - idoneidade moral;
- VII - prestar compromisso perante o conselho.

§ 1º O Exame da Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Federal da OAB.

§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.

Não se exige a admissão em estágio profissional de advocacia, razão pela qual a alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 02. Mariana deseja ingressar no quadro da Sociedade de Advogados XYZ, na qualidade de associada, sem vínculo de emprego. Ao pesquisar a legislação que rege a parceria em questão, Mariana descobriu que constitui cláusula essencial do contrato de associação

a) a qualificação das partes, com referência expressa à inscrição no Conselho Seccional da OAB competente.

b) a identificação da parte que terá a responsabilidade exclusiva pelos riscos e pelas receitas decorrentes da prestação do serviço.

c) a forma de repartição da responsabilidade pelo fornecimento de condições materiais necessárias à execução dos serviços entre as partes, vedada a atribuição da totalidade das despesas exclusivamente a uma delas.

d) a estabilidade da parceria, materializada na ausência de prazo determinado para a duração do contrato.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

As cláusulas obrigatórias do contrato de associação vêm previstas no artigo 17-B, parágrafo, do Estatuto da OAB, segundo o qual:

Art. 17-B. A associação de que trata o art. 17-A desta Lei dar-se-á por meio de pactuação de contrato próprio, que poderá ser de caráter geral ou restringir-se a determinada causa ou trabalho e que deverá ser registrado no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede a sociedade de advogados que dele tomar parte.

Parágrafo único. No contrato de associação, o advogado sócio ou associado e a sociedade pactuarão as condições para o desempenho da atividade advocatícia e

estipularão livremente os critérios para a partilha dos resultados dela decorrentes, devendo o contrato conter, no mínimo:

I - qualificação das partes, com referência expressa à inscrição no Conselho Seccional da OAB competente;

II - especificação e delimitação do serviço a ser prestado;

III - forma de repartição dos riscos e das receitas entre as partes, vedada a atribuição da totalidade dos riscos ou das receitas exclusivamente a uma delas;

IV - responsabilidade pelo fornecimento de condições materiais e pelo custeio das despesas necessárias à execução dos serviços;

V - prazo de duração do contrato.

A alternativa A está correta, pois o artigo 17-B, inciso I, do EOAB exige: I - a qualificação das partes, com referência expressa à inscrição no Conselho Seccional da OAB competente.

A alternativa B está incorreta, pois é vedada a responsabilidade exclusiva pelos riscos decorrentes da prestação do serviço, conforme previsto no artigo 17-B, inciso III, do EOAB: III - forma de repartição dos riscos e das receitas entre as partes, vedada a atribuição da totalidade dos riscos ou das receitas exclusivamente a uma delas.

A alternativa C está incorreta, pois não há vedação à atribuição de despesas a um único associado, conforme previsto no artigo 17-B, inciso VI, do EOAB: IV - responsabilidade pelo fornecimento de condições materiais e pelo custeio das despesas necessárias à execução dos serviços.

A alternativa D está incorreta, pois é necessária a especificação do prazo de duração do contrato, conforme dispõe o artigo 17-B, inciso V, do EOAB, como requisito obrigatório: V - prazo de duração do contrato.

QUESTÃO 03. Alice Santos, advogada, está sendo investigada criminalmente por ter, supostamente, cometido fraude contra o sistema previdenciário, em conjunto com Robson Lima, seu cliente, e Leonardo Melo, seu ex-cliente. O órgão competente do Ministério Público consulta a Dra. Alice Santos sobre seu interesse em efetuar colaboração premiada.

Com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, o que ela concluiu.

a) Poderá efetuar colaboração premiada contra Leonardo Melo, já que ele não ostenta mais a condição de seu cliente.

b) Poderá efetuar colaboração premiada contra Robson Lima, por se tratar de cliente que está sendo formalmente investigado como co-autor pela prática do mesmo crime.

c) Caso efetue colaboração premiada contra Robson Lima, estará sujeita a processo disciplinar, que poderá culminar na aplicação da pena de suspensão.

d) Caso efetue colaboração premiada contra Leonardo Melo, estará sujeita às penas do crime de violação do segredo profissional.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

O Estatuto da OAB veda ao advogado a realização de colaboração premiada contra cliente ou ex-cliente, sob pena de aplicação da pena de exclusão (art. 35, III, EOAB) e cometimento do crime de violação de sigilo profissional (art. 154, CP), conforme previsto no artigo 7º, §6º-I, do EOAB: § 6º-I. É vedado ao advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente, e a inobservância disso importará em processo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação do disposto no inciso III do caput do art. 35 desta Lei, sem prejuízo das penas previstas no art. 154 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Por sua vez, dispõe o artigo 35, do EOAB:

Art. 35. As sanções disciplinares consistem em: I - censura; II - suspensão; III – exclusão; IV – multa.

O crime previsto no artigo 154 do Código Penal se refere à violação de segredo profissional:

Violação do segredo profissional. Art. 154 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa de um conto a dez contos de réis. Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

Portanto, a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 04. Durante audiência de instrução e julgamento da qual participou na qualidade de advogado, Robson foi comprovadamente ofendido por palavras

desferidas pelo juiz que presidia o ato. Abalado em razão desse fato, Robson decide buscar as informações necessárias para obter desagravo público perante o Conselho Seccional competente da OAB.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) O relator deverá solicitar informações da autoridade ofensora, como condição para a concessão do desagravo.
- b) Não há previsão legal ou regulamentar de prazo máximo para concessão do desagravo, em caso de acolhimento do parecer do relator, aplicando-se o princípio da Duração Razoável do Processo.
- c) O desagravo será concedido em sessão realizada para essa finalidade, amplamente divulgada, sendo vedada, em qualquer caso, a concessão imediata.
- d) A sessão de desagravo deverá ser realizada, preferencialmente, no local onde a ofensa foi sofrida ou onde se encontre a autoridade ofensora.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta. Compete ao Presidente a solicitação de informações, mediante a proposta do relator. Ademais, as informações não constituem condição para a concessão do desagravo, que podem ser dispensadas em casos de urgência ou notoriedade do fato, e também na hipótese em que, solicitadas, as informações não forem prestadas, conforme previsto no artigo 18, §1º, do Regulamento Geral da OAB: § 1º Compete ao relator, convencendo-se da existência de prova ou indício de ofensa relacionada ao exercício da profissão ou de cargo da OAB, propor ao Presidente que solicite informações da pessoa ou autoridade ofensora, no prazo de quinze dias, salvo em caso de urgência e notoriedade do fato.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 1º, §5º, da Resolução n. 01 de 22.05.2018, da OAB: §5º Os desagravos deverão ser decididos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

A alternativa C está incorreta. Conforme disposto no artigo 18, §1º, do Regulamento Geral da OAB: § 1º O pedido será submetido à Diretoria do Conselho competente, que poderá, nos casos de urgência e notoriedade, conceder imediatamente o desagravo, ad referendum do órgão competente do Conselho, conforme definido em regimento interno.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 18, §6º, do Regulamento Geral da OAB: § 6º Em caso de acolhimento do parecer, é designada a sessão de desagravo, amplamente divulgada, devendo ocorrer, no prazo máximo

de 30 (trinta) dias, preferencialmente, no local onde a ofensa foi sofrida ou onde se encontre a autoridade ofensora.

QUESTÃO 05. O advogado Pedro, regularmente inscrito na OAB, deseja ser sócio de determinada sociedade de advogados. É seu intuito, ainda, ser escolhido sócio administrador da mencionada sociedade de advogados. Não obstante, Pedro atua, e continuará atuando, como servidor da administração pública indireta.

À luz do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta

A) Pedro poderá ser sócio da sociedade de advogados e ocupar a posição de sócio administrador, exceto se for sujeito a regime de dedicação exclusiva.

B) Há vedação legal a que Pedro seja sócio da sociedade de advogados.

C) Pedro poderá ser sócio da sociedade de advogados. Todavia, não é autorizado que ocupe a posição de sócio administrador, independentemente do regime a que sujeito.

D) Pedro poderá ser sócio da sociedade de advogados. De igual maneira, mesmo que o regime a que submetido seja de dedicação exclusiva, Pedro poderá ser sócio administrador da sociedade de advogados.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

Conforme previsto no artigo 18, §8º, do Estatuto da OAB: § 8º Nas sociedades de advogados, a escolha do sócio-administrador poderá recair sobre advogado que atue como servidor da administração direta, indireta e fundacional, desde que não esteja sujeito ao regime de dedicação exclusiva, não lhe sendo aplicável o disposto no inciso X do caput do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que se refere à sociedade de advogados.

Por sua vez, dispõe o artigo 117, X, da Lei n. 8.112/1990 que: Art. 117. Ao servidor é proibido: X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Nesse passo, o advogado que atue como servidor da administração direta, indireta ou fundacional, pode ser sócio em sociedade de advogados, e também pode exercer a função de administrador, desde que não esteja sujeito ao regime de dedicação exclusiva, não lhe sendo aplicável a vedação inciso X do caput do art.

117 do Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Nesse passo, a alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 6. O advogado Edson foi contratado para prestar a um cliente assessoria jurídica quanto a uma questão imobiliária.

Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- a) Edson pode prestar a assessoria de modo verbal. Também não é necessária a outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários.
- b) Edson deve prestar a assessoria de modo escrito. Faz-se necessária a outorga de mandato, mesmo que não haja formalização por contrato de honorários.
- c) Edson pode prestar assessoria de modo verbal. É necessária a outorga de mandato, mesmo que não haja formalização por contrato de honorários.
- d) Edson deve prestar a assessoria de modo escrito, mas não é necessária a outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

Conforme previsto no artigo 5º, §4º, do Estatuto da OAB, a assessoria jurídica pode ser prestada de modo verbal, e independem de outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários: § 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários.

QUESTÃO 07. Luana, advogada especialista em Direito Civil, é procurada por Carla, que busca ajuizar demanda para obtenção de indenização por danos morais e materiais em face de seu vizinho. Ao tomar conhecimento dos fatos, Luana percebe que era o último dia possível para o ajuizamento da ação, visto que a prescrição da pretensão de sua cliente se consumaria no dia seguinte. Luana, então, peticionou, perante o juízo competente, sem, contudo, ter tido tempo hábil para anexar aos autos a procuração de sua cliente, em razão da urgência decorrente da iminente prescrição.

Nesse contexto, considerando as disposições do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- a) A advogada Luana não pode postular em juízo ou fora dele sem procuração, ainda que em situação de alegada urgência.
- b) A urgência, por si só, não é suficiente para justificar a não apresentação da procuração, devendo ser conjugada com iminente risco à integridade física ou à vida do cliente.
- c) Luana não está obrigada a apresentar procuração, visto que o mandato conferido por seus clientes é presumido pelos fatos narrados na inicial e pela documentação que a instrui.
- d) No contexto da iminente prescrição da pretensão de sua cliente, Luana, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do artigo 5º, §1º, EOAB: § 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o artigo 5º, §1º, EOAB exige apenas a urgência da situação, sem qualquer obrigatoriedade de risco à integridade física ou à vida do cliente: § 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do artigo 5º, caput, do EOAB, a procuração é essencial para prova do mandato: Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

A alternativa D está correta, pois se trata da literalidade do artigo 5º, §1º do EOAB: § 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

QUESTÃO 08. Bruno, advogado, compareceu à audiência de conciliação acompanhado de seu cliente Carlos, tendo-lhe sido conferidos poderes para transacionar em juízo ou fora dele. Na audiência, foi oferecida proposta de acordo

pela parte adversa, que não foi aceita por Bruno, visto que conflitava flagrantemente com os interesses de seu cliente.

Contrariado, o magistrado cassou a palavra de Bruno, determinando que não se manifestasse mais durante a audiência, visto que a opção de aceitar ou não o acordo seria de decisão única de Carlos, sem possibilidade de influência de seu patrono.

Nesse contexto, de acordo com o Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a afirmativa correta.

a) O magistrado agiu corretamente, considerando que tem o dever de manter a ordem dos trabalhos e, em sua atuação, deve fomentar a solução pacífica dos conflitos, que estava sendo inviabilizada pela resistência de Bruno ao acordo.

b) A palavra de Bruno não poderia ter sido cassada sob o fundamento de que aceitar ou não o acordo é de decisão única de Carlos sem possibilidade de influência de seu patrono, vez que o advogado é indispensável à administração da justiça e deve orientar seu cliente.

c) Em insistindo em falar com seu cliente sobre a aceitação ou não do acordo, a conduta de Bruno acarretará responsabilidade perante a OAB, em razão da violação da ordem hierárquica do magistrado.

d) Em caso de manutenção da insubordinação de Bruno, o juiz poderá determinar que a seccional competente da Ordem dos Advogados do Brasil aplique a pena de suspensão das atividades de advocacia por ele desempenhadas, por prazo não inferior a dois anos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A palavra do advogado não pode ser cassada por ele estar pleiteando do seu cliente. O advogado é indispensável à administração da Justiça, conforme artigo 133 da Constituição Federal: Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Ainda, a *contrario sensu*, ao falar das infrações disciplinares, se o advogado atua de qualquer forma em benefício da parte contrária, em prejuízo do seu cliente, ele estará cometendo uma infração disciplinar. Ele não poderia firmar acordo com a parte contrária em detrimento de seu próprio cliente. Caso o fizesse, incorreria em infração, conforme artigo 34, inciso VIII, do EOAB: Art. 34. Constitui infração

disciplinar: [...] VIII - estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente ou ciência do advogado contrário.

Assim, a resposta correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 09. O Código Civil de Napoleão, de 1804, representou um momento de grande expectativa e confiança nos poderes da lei escrita. Nesse contexto, surge um importante movimento no Direito, chamado "*Escola da Exegese*".

Assinale a opção que, segundo Miguel Reale em seu livro *Lições Preliminares do Direito*, define este movimento.

- a) A afirmação de que a lei é uma realidade histórica, que se situa na progressão do tempo e, por isso, deve ser interpretada segundo as tradições e o próprio espírito do povo.
- b) A crença de que a lei é importante, mas se não corresponder mais aos fatos supervenientes, deve-se procurar a solução em outras fontes, como o costume, por exemplo.
- c) A concepção segundo a qual cabe ao juiz julgar segundo os ditames da ciência e de sua consciência, de forma a prevalecer um direito justo, seja na falta da lei, seja contra aquilo que dispõe a lei.
- d) A sustentação de que na lei positiva, e de maneira especial no Código Civil, já se encontra a possibilidade de uma solução para todos os eventuais casos ou ocorrências da vida social.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, pois a "Escola da Exegese" pode ser sintetizada em dois pontos fundamentais: (i) a interpretação deve ser literal, racional e gramatical, e; (ii) ao juiz cabia apenas a aplicação da lei, de acordo com a vontade do legislador.

Pela escola exegética, a lei deve ser interpretada conforme os valores do legislador, não do intérprete (onipotência do legislador).

A alternativa A está incorreta, pois esse tipo de interpretação se refere à Escola Histórica (Volksgeist).

A alternativa B está incorreta, pois na Escola da Exegese não há espaço para interpretações que não sejam com base na lei positiva.

A alternativa C está incorreta, pois na Escola da Exegese não há espaço para interpretações que não sejam com base na lei positiva, muito menos contrária a ela, já que a lei é sinônimo de justo para a escola.

QUESTÃO 10. "E tiveste a audácia de desobedecer a essa determinação? Sim porque não foi Zeus que a promulgou; e a Justiça, a deusa que habita com as divindades subterrâneas jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; nem eu creio que teu édito tenha força bastante para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas, que nunca foram escritas, mas são irrevogáveis; não existem a partir de ontem ou de hoje; são eternas sim e ninguém sabe desde quando vigoram."

Sófocles

O excerto acima é parte da peça *Antígona*, uma das mais importantes tragédias gregas, que foi escrita por Sófocles. De acordo com Aristóteles, em seu livro *Retórica*, essa peça de Sófocles pode ser usada para se entender o que seria uma lei natural. Assinale a opção que apresenta, segundo Aristóteles, o conceito de lei natural.

- a) Aquela que emana do diálogo comum entre diferentes comunidades políticas e resulta em um acordo que está acima de leis e tratados impostos pelo Estado.
- b) Uma expressão da natureza divina, que se encarna na figura do rei ou do soberano e é a base da legitimidade da monarquia como forma de governo.
- c) As tradições de uma comunidade política, que são repassadas de geração em geração sob a presunção de realizarem anseios de justiça de um determinado povo.
- d) A justiça da qual todos têm, de alguma maneira, uma intuição e que é comum a todos, independentemente de todo Estado, de toda convenção recíproca.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

O conceito aristotélico de lei natural está disposto em sua obra *"V da Ética Nicomaquéia"*, em que o filósofo estabelece a distinção entre: (i) justo universal; e (ii) justo particular, de modo que ele assevera que existe uma lei natural e universal que rege a tudo e não menosprezando as leis particulares que observam as culturas locais (ARAÚJO, Vandyck Nóbrega de. Fundamentos aristotélicos do direito natural).

Nas palavras de Álvaro de Azevedo Gonzaga: *"[...] O que é justo, portanto, age como motor do fenômeno jurídico, que move, por sua vez, a pólis em direção à harmonia social, que é a enteléquia do homem político. Permitida estará, portanto, por meio do Direito Natural, a realização da amizade e, consequentemente, da felicidade do homem [...]"*.

A alternativa A está incorreta, pois as próprias leis da comunidade observam (e não se sobrepõem) às leis naturais, na perspectiva aristotélica.

A alternativa B está incorreta, pois a concepção do monarca como representante divino não pertence à teoria de Aristóteles.

A alternativa C está incorreta, pois não é esse o conceito de lei natural em Aristóteles.

QUESTÃO 11. O Governador do Estado Alfa, recém-empossado, apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa no qual propõe políticas de proteção específicas, direcionadas às pessoas com deficiência no âmbito de seu Estado, visto ser esta uma de suas pautas durante a campanha eleitoral.

Com base na situação hipotética narrada e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, em relação ao projeto de lei, assinale a opção correta.

- a) A competência para legislar sobre a proteção das pessoas com deficiência é matéria de interesse local, de competência dos Municípios.
- b) Os Estados podem legislar concorrentemente com a União sobre a matéria.
- c) A União pode, privativamente, legislar sobre a proteção das pessoas com deficiência.
- d) O projeto de lei está de acordo com a CRFB/88, visto que trata de matéria que o texto constitucional dispõe, expressamente, ser afeta à competência residual dos Estados.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a Letra B.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Este artigo estabelece que tanto a União quanto os Estados e o Distrito Federal têm competência para legislar de forma concorrente em determinadas matérias, entre elas a proteção e integração social das pessoas com deficiência.

No contexto do federalismo brasileiro, a legislação concorrente significa que tanto a União quanto os Estados podem legislar sobre a mesma matéria, mas com alguns limites. A União é responsável por estabelecer normas gerais, enquanto os Estados têm a competência para suplementar a legislação federal com disposições mais específicas, adequadas às realidades locais.

Nesse sentido, o Governador do Estado Alfa, ao propor um projeto de lei que institui políticas específicas de proteção às pessoas com deficiência, está agindo dentro de sua competência constitucional. Ele não está usurpando a competência

da União, mas sim complementando-a com medidas que considera adequadas ao contexto de seu Estado.

É importante ressaltar que as políticas estabelecidas pelo Estado não podem contrariar as normas gerais definidas pela União. Caso haja conflito, prevalecem as normas estabelecidas em âmbito federal. Assim, o projeto de lei do Governador deve estar em consonância com as diretrizes nacionais sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência, colaborando para o fortalecimento e a efetivação dos direitos desse grupo dentro do Estado Alfa.

QUESTÃO 12. Emenda à Constituição inseriu novo direito social na Constituição Federal de 1988. Da análise do dispositivo normativo extraiu-se que a fruição do direito ali previsto somente seria possível com sua devida disciplina legal.

Passados sete anos sem que o Congresso Nacional tivesse elaborado a referida regulamentação, mesmo após decisões do Supremo Tribunal Federal que reconheciam a mora e determinavam prazo razoável para a edição da norma regulamentadora, Fernando, que entende fazer jus a tal direito, procurou você, como advogado(a), a fim de saber se há alguma providência judicial a ser tomada para que possa usufruir do direito constitucionalmente previsto.

Sobre a hipótese, de acordo com o sistema jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) A via judicial não é cabível, posto que, com base no princípio da separação de poderes, somente a produção de lei regulamentadora pelo Congresso Nacional viabilizará a fruição do referido direito social.
- b) Fernando poderá ingressar com mandado de injunção perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual, reconhecendo a existência de mora por parte do Congresso Nacional, poderá determinar que este Tribunal edite a lei regulamentadora imediatamente.
- c) O mandado de injunção, a ser impetrado por Fernando perante o Supremo Tribunal Federal, pode ser utilizado para requerer que o Tribunal estabeleça as condições em que se dará o exercício do referido direito social, de modo a suprir a sua fruição.
- d) Fernando tem a possibilidade de ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo que o Tribunal promova sua implementação imediata para todos que façam jus ao direito social.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a Letra C.

(Art. 8, Lei 13.300 e 102, I, q da CRFB/88). Art. 8º Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para: I - determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;

II - estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

Parágrafo único. Será dispensada a determinação a que se refere o inciso I do caput quando comprovado que o impetrado deixou de atender, em mandado de injunção anterior, ao prazo estabelecido para a edição da norma.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

A situação apresentada trata da inércia legislativa em regulamentar um direito social constitucionalmente previsto. Neste caso, a orientação jurídica mais adequada seria a proposição de um mandado de injunção por Fernando perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

O mandado de injunção, conforme disposto no artigo 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal de 1988, é o instrumento jurídico adequado para sanar uma lacuna legislativa que impede a fruição de um direito ou liberdade constitucional. Esse remédio constitucional é utilizado quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, bem como de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A Lei 13.300, que regula o mandado de injunção, estabelece no seu artigo 8º as medidas que podem ser tomadas diante de uma mora legislativa. O inciso I do referido artigo autoriza o Judiciário a estabelecer um prazo razoável para que o órgão responsável promova a edição da norma regulamentadora. Além disso, o inciso II permite ao Judiciário definir as condições em que se dará o exercício do direito, liberdade ou prerrogativa, caso a mora legislativa não seja suprida no prazo determinado.

No caso concreto, o STF já reconheceu a mora do Congresso Nacional em regulamentar o direito social em questão. Portanto, o mandado de injunção seria o meio adequado para Fernando buscar a efetivação de seu direito. Neste mandado, poderia ser solicitado que o STF estabelecesse as condições para o exercício do direito social em questão, suprimindo assim a falta de regulamentação específica.

Ademais, o artigo 102, I, q, da Constituição Federal atribui competência ao STF para processar e julgar originariamente os mandados de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, entre outros órgãos federais. Dessa forma, Fernando estaria agindo conforme as disposições constitucionais e legais ao impetrar um mandado de injunção perante o STF para garantir o exercício do direito social não regulamentado.

QUESTÃO 13. O Presidente da República promulgou a Lei Federal XX/2022, versando sobre certa matéria, que também poderia ser objeto de medida provisória. Tal lei vem sendo aplicada normalmente por diversos órgãos judiciais e administrativos do País.

No entanto, convicto da inconstitucionalidade da Lei Federal XX/2022, um legitimado resolveu ajuizar ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o referido diploma legal. No julgamento da ADI, o Plenário do STF resolve, por maioria absoluta de seis Ministros, julgar procedente o pedido e declarar a inconstitucionalidade da Lei Federal XX/2022.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção que está de acordo com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

- a) A decisão final de mérito do STF no julgamento da ADI tem efeito vinculante todo o Poder Judiciário, incluindo o próprio Pleno do Tribunal.
- b) O Presidente da República poderá editar medida provisória sobre a matéria, porque, ao exercer função legislativa, não está vinculado à decisão definitiva de mérito do STF, proferida em sede de ADI.
- c) A decisão definitiva de mérito proferida pelo STF no julgamento da referida ADI produz efeito erga omnes, porque vincula plenamente todos os três Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- d) Apenas a Administração Pública direta, nas esferas federal, estadual e municipal, está vinculada à decisão definitiva de mérito proferida pelo STF em sede de ADI.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a Letra B.

(Art. 28, p.u, Lei. 9.868/99).

Art. 28. Dentro do prazo de dez dias após o trânsito em julgado da decisão, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União a parte dispositiva do acórdão.

Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

A alternativa se alinha com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. O ponto central da questão é a possibilidade do Presidente da República editar medida provisória (MP) sobre uma matéria já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Primeiro, é importante entender que a ADI é um instrumento de controle concentrado de constitucionalidade, utilizado para questionar a constitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais perante o STF. Quando o STF declara uma lei inconstitucional em ADI, esta decisão tem efeito vinculante e erga omnes, ou seja, vincula todos os órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública, e tem efeito sobre todos, conforme o artigo 28, parágrafo único, da Lei 9.868/99.

Entretanto, essa vinculação não atinge diretamente a função legislativa, que inclui a capacidade do Presidente da República de editar medidas provisórias. O entendimento é que, mesmo após a declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo STF, o Presidente, no exercício de sua função legislativa, pode editar uma MP sobre a mesma matéria. Contudo, essa MP não pode simplesmente replicar o conteúdo da lei declarada inconstitucional, pois isso violaria a decisão do STF. A MP deverá trazer uma abordagem diferente ou tratar a matéria de uma forma que não confronte o entendimento do STF sobre a inconstitucionalidade.

Portanto, embora o Presidente da República possa editar uma MP sobre a mesma matéria de uma lei declarada inconstitucional pelo STF, ele deve fazer isso respeitando os limites estabelecidos pela decisão do Tribunal, evitando reincidir nos mesmos vícios de inconstitucionalidade que levaram à invalidação da lei anterior.

QUESTÃO 14. À luz de um caso concreto, que envolvia um cliente do escritório, dois advogados iniciaram um debate sobre a relevância do instituto da Súmula Vinculante como instrumento de interpretação.

O primeiro advogado ressaltou que a importância destas súmulas é justificada por vincularem todas as estruturas estatais de poder, com exceção do Supremo Tribunal Federal (STF), criando, assim, uma estabilidade jurídica dos significados da Constituição. O segundo advogado disse que achava que o colega estava equivocado, pois o STF também estaria vinculado ao seu entendimento.

Sobre o impasse surgido, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Os dois advogados estão equivocados, pois as súmulas vinculantes não vinculam o STF, que as edita e revê, nem tampouco o Poder Legislativo, que possui plena autonomia para legislar, mesmo em sentido contrário ao das súmulas vinculantes.
- b) Os dois advogados estão equivocados, pois as súmulas vinculantes não vinculam o STF, que as edita e revê, nem tampouco o Superior Tribunal de Justiça, por ser o intérprete da legislação federal.
- c) O primeiro advogado está certo e o segundo errado, pois as súmulas vinculantes, de acordo com a Constituição, vinculam todas as estruturas estatais de poder, com exceção apenas do STF, que zela pela adaptabilidade da Constituição à realidade.
- d) O segundo advogado está certo e o primeiro equivocado, pois as súmulas vinculantes, de acordo com a Constituição, vinculam todas as estruturas estatais de poder, sem exceção, em razão da rigidez constitucional.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a Letra A.

(Art. 2º, § 3º, Lei. 11.417/06). Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei. (...) § 3º A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

As súmulas vinculantes, conforme estabelecido no artigo 2º da Lei 11.417/06, são enunciados aprovados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após reiteradas decisões sobre matéria constitucional. Elas têm efeito vinculante, ou seja, devem ser seguidas pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta, em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal).

O STF, que é o órgão responsável pela edição, revisão e cancelamento das súmulas vinculantes, não está vinculado a elas no mesmo sentido que os demais órgãos do Judiciário e a administração pública. Isso se deve ao fato de que o STF tem a prerrogativa de revisar ou alterar suas próprias súmulas. Portanto, o entendimento de que o STF não está vinculado às suas próprias súmulas é o correto.

O Poder Legislativo, por sua vez, possui plena autonomia para legislar, mesmo em sentido contrário ao das súmulas vinculantes. Isso se deve à independência e harmonia entre os poderes, estabelecida pela Constituição Federal. As súmulas vinculantes não podem restringir a capacidade do Legislativo de criar, alterar ou revogar leis. Contudo, é importante notar que, se o Legislativo aprovar uma lei contrária ao entendimento firmado em uma súmula vinculante, essa lei pode ser objeto de questionamento no STF quanto à sua constitucionalidade.

Com base no exposto, a afirmação correta é que as súmulas vinculantes não vinculam o STF nem o Poder Legislativo. Elas servem para garantir uniformidade de entendimento e estabilidade jurídica, mas não limitam a capacidade do STF de revisar seus próprios enunciados, nem restringem a autonomia legislativa do Congresso Nacional. Assim, os dois advogados estão equivocados conforme a legislação vigente e os princípios constitucionais.

QUESTÃO 15. Vários municípios, pertencentes a diferentes estados-membros da Federação, vêm reproduzindo o teor da Lei XX/2019, do Município Alfa. Esses diplomas vêm causando grande polêmica no mundo jurídico, já que diversos Tribunais de Justiça têm se dividido quanto à constitucionalidade ou inconstitucionalidade das referidas leis municipais.

Os componentes da Mesa do Senado Federal, cientes da insegurança que tal divergência gera ao ambiente jurídico, analisam a possibilidade de, diante da grande disparidade das posições assumidas pelos diversos Tribunais de Justiça, ajuizar uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

Em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que deve ser apresentada aos componentes da Mesa do Senado Federal.

- a) A ação prevista não geraria os resultados esperados quanto à segurança jurídica, pois uma decisão nesta espécie de ação não produz efeitos erga omnes.
- b) A Mesa do Senado Federal não possui legitimidade ativa para a proposição de ação de controle concentrado do tipo apresentado.
- c) Embora a decisão proferida na ação produza efeitos erga omnes, as normas municipais não poderiam ser objeto de avaliação por esta ação específica.

d) A Lei XX/2019, em razão da natureza do ente federativo que a produziu, somente pode ser objeto de análise pela via do controle difuso de constitucionalidade.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a Letra C

(Art. 102, I, a, CF + art. 13, Lei. 9.868/99). Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 13. Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal: (Vide artigo 103 da Constituição Federal)

I - o Presidente da República;

II - a Mesa da Câmara dos Deputados;

III - a Mesa do Senado Federal;

IV - o Procurador-Geral da República.

De acordo com o artigo 102, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, a ADC é um instrumento jurídico destinado a declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. Ou seja, seu escopo está limitado a leis ou atos normativos de âmbito federal.

As leis municipais não podem ser objeto de uma ADC, pois este mecanismo é restrito a normas federais. Isso significa que, independentemente da relevância ou da controvérsia gerada por uma lei municipal, a ADC não é o instrumento processual adequado para aferir a sua constitucionalidade.

Conforme o artigo 13 da Lei 9.868/99, estão habilitados a propor ADC o Presidente da República, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e o Procurador-Geral da República. No entanto, essa capacidade se restringe às leis ou atos normativos federais.

As decisões proferidas em ADC têm efeito vinculante e erga omnes, ou seja, vinculam todos os órgãos do Judiciário e da Administração Pública e têm efeito sobre todos. Porém, esses efeitos são aplicáveis somente no contexto de leis ou atos normativos federais.

Portanto, os componentes da Mesa do Senado Federal devem ser informados de que, apesar de as decisões em ADC terem efeitos erga omnes e vinculantes, as normas municipais não podem ser objeto dessa ação.

QUESTÃO 16. Bento de Souza, governador do Estado Alfa, reconhecido como grande gestor público, foi indicado para assumir a presidência da Petrobras pelo Presidente da República. Honrado com o convite e inclinado a aceitá-lo, busca orientação com seu advogado(a) a respeito da possibilidade de cumular os dois cargos.

Com base no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que indica a orientação dada pelo(a) advogado(a).

- a) Na eventualidade de Bento aceitar o convite para assumir a presidência da Petrobras, perderá o mandato de governador do Estado Alfa.
- b) Bento pode assumir o cargo na Petrobras, caso peça licença do cargo para o qual foi eleito, a ele podendo retornar, caso se exonere do cargo na sociedade de economia mista.
- c) Bento pode acumular os dois cargos públicos, devendo optar pela remuneração de Governador ou pela remuneração de presidente da Petrobras.
- d) Bento, após sua diplomação, mesmo que renunciasse ao cargo de governador, está proibido de assumir, no período para o qual foi eleito, o cargo de presidente da Petrobras.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a Letra A.

(Art. 28, § 1º, CF). Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de 4 (quatro) anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em 6 de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77 desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

Parágrafo único. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso

público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V. (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

De acordo com o artigo 28, § 1º, da Constituição Federal, o Governador de Estado perderá o mandato caso assuma outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta. Isso é uma medida que visa assegurar a dedicação exclusiva ao cargo de Governador, evitando potenciais conflitos de interesse e garantindo a eficiência e integridade na gestão pública.

A mesma norma constitucional estabelece exceções a essa regra. O Governador pode assumir outro cargo ou função pública se for em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 38, incisos I, IV e V, da Constituição. Esses incisos tratam das regras aplicáveis a servidores públicos que se candidatam a mandatos eletivos.

No cenário apresentado, Bento de Souza, atual Governador do Estado Alfa, foi convidado para assumir a presidência da Petrobras, que é uma empresa de economia mista e, portanto, parte da administração pública indireta. Se Bento aceitar essa posição, estará assumindo um cargo incompatível com seu mandato de Governador, conforme estipulado pelo artigo 28, § 1º, da Constituição.

A aceitação do cargo de presidente da Petrobras implicaria, portanto, na perda automática do mandato de Governador do Estado Alfa. Essa disposição constitucional visa preservar a separação e a independência entre diferentes funções e poderes dentro da estrutura do Estado, além de assegurar que a atenção do Governador esteja integralmente voltada para os interesses do Estado que governa.

Portanto, a orientação jurídica correta a ser dada a Bento de Souza é que, caso aceite o convite para assumir a presidência da Petrobras, ele perderá o mandato de Governador do Estado Alfa.

QUESTÃO 17. Você atua, como advogado(a), em um caso em que seu cliente é um estrangeiro indocumentado que vive no Brasil. Isso ocorreu porque ele teve de fugir às pressas do país de origem, porque estava sendo perseguido por motivos religiosos. Ele gostaria de permanecer no Brasil e trazer a esposa.

Assim, com base no que dispõe a Lei nº 9.474/97 que trata da implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) A perseguição por motivos religiosos não faz parte dos tipos de perseguição abrangidos no conceito de refugiado e, assim, ele deve regularizar sua documentação de estrangeiro ou deixar o país.

b) A perseguição por motivos religiosos se enquadra no conceito de refugiado e ele pode pedir refúgio no Brasil, mas o refúgio é ato personalíssimo e não se estende à sua esposa.

c) A perseguição por motivos religiosos é reconhecida como condição de refugiado e os efeitos dessa condição são extensivos à esposa.

d) A perseguição religiosa é motivo para que o governo brasileiro o declare refugiado e a extensão dessa condição à esposa depende de decisão judicial e não administrativa.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a C (segundo a FGV). Passível de Recurso.

A questão abordada envolve a interpretação da Lei nº 9.474/97, que implementa o Estatuto dos Refugiados no Brasil, e a aplicação de seus dispositivos ao caso concreto de um estrangeiro perseguido por motivos religiosos que deseja permanecer no Brasil e trazer sua esposa. Analisando as alternativas e a legislação pertinente:

Reconhecimento como Refugiado: Conforme o art. 1º da Lei nº 9.474/97, o indivíduo que sofre perseguição por motivos religiosos se enquadra no conceito de refugiado. Portanto, o cliente em questão pode solicitar reconhecimento como refugiado no Brasil.

Extensão da Condição de Refugiado: O art. 2º da mesma lei estabelece que os efeitos da condição de refugiado podem ser estendidos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, e aos outros membros do grupo familiar que dependam economicamente do refugiado, desde que estejam em território nacional.

Alternativa A: Incorreta, pois a perseguição por motivos religiosos é, de fato, uma das condições para o reconhecimento da condição de refugiado.

Alternativa B: Incorreta, pois afirma erroneamente que a condição de refugiado é personalíssima e não se estende à esposa. A lei permite a extensão dos efeitos da condição de refugiado aos familiares, desde que em território nacional.

Alternativa C: Também incorreta, pois a extensão da condição de refugiado à esposa do requerente depende dela estar em território nacional, o que, segundo o enunciado, não é o caso.

Alternativa D: Incorreta, pois a extensão da condição de refugiado aos familiares é um procedimento previsto em lei e não depende de decisão judicial.

Conclusão e Recomendação: Nenhuma das alternativas apresentadas está completamente correta de acordo com a Lei nº 9.474/97. Embora o cliente possa

ser reconhecido como refugiado devido à perseguição religiosa, a extensão desse status à esposa depende dela estar em território brasileiro. Portanto, seria adequado considerar a anulação da questão por inexistência de gabarito correto, uma vez que nenhuma das alternativas aborda corretamente a situação conforme a legislação aplicável.

QUESTÃO 18. Você, como advogado(a), recebeu uma família cujo filho mais velho é pessoa com deficiência. Na conversa inicial, os pais relataram algumas situações em que certas barreiras eram verdadeiros obstáculos para que seu filho pudesse exercer seus direitos.

Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, cabe a você, como advogado(a), esclarecer que uma das barreiras mais significativas é a atitudinal. Assinale a afirmativa que a caracteriza.

- a) Os obstáculos existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- b) Os comportamentos que impedem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- c) As barreiras que ocorrem nos edifícios públicos e privados, bem como nos sistemas e meios de transportes de uso coletivo.
- d) Os meios que dificultam a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Comentários

CURTO

A alternativa correta é a letra B.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem-se: Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

o contexto da consulta com a família do filho com deficiência, ao abordar a questão das barreiras atitudinais, é essencial ampliar o entendimento sobre como essas

barreiras podem afetar significativamente a inclusão e participação social do indivíduo.

1. Definição e Impacto: As barreiras atitudinais, conforme descritas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, referem-se a atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social de pessoas com deficiência em igualdade de condições com os demais. Estas barreiras não são físicas, mas são manifestações de preconceito, ignorância, e falta de sensibilidade, que podem ser tão ou mais limitantes que as barreiras físicas.

2. Exemplos Práticos: Para ilustrar, pense em situações como a falta de paciência ou disposição para se comunicar com alguém que tenha dificuldades de fala ou audição, ou a presunção de que uma pessoa com deficiência intelectual não é capaz de tomar suas próprias decisões. Estas atitudes podem limitar gravemente as oportunidades de uma pessoa com deficiência de se integrar e participar plenamente na sociedade.

3. Conscientização e Advocacia: Como advogado, é importante não apenas reconhecer essas barreiras, mas também trabalhar para educar outros sobre elas. Isso pode envolver orientar a família sobre como advogar pelos direitos de seu filho e sensibilizar outras pessoas - seja na escola, no local de trabalho ou na comunidade - sobre a importância de uma abordagem inclusiva.

4. Legislação e Direitos: O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê a igualdade e a não discriminação. Portanto, é vital enfatizar que qualquer forma de discriminação atitudinal fere não apenas os princípios éticos e morais, mas também os direitos legais das pessoas com deficiência.

5. Ação Jurídica: Em casos onde as barreiras atitudinais levem a discriminação evidente ou à negação de direitos, podem existir fundamentos para ação jurídica. Como advogado, você pode orientar e representar a família em tais situações, buscando reparação ou mudanças nas práticas discriminatórias.

Ao abordar e combater as barreiras atitudinais, contribui-se para uma sociedade mais inclusiva e justa, onde pessoas com deficiência têm suas capacidades reconhecidas e são capazes de participar plenamente em todas as esferas da vida.

QUESTÃO 19. Joana, deputada estadual no Estado *Alfa*, vinha recebendo inúmeras críticas de alguns correligionários do seu partido político. Apesar do amplo apoio popular que recebia, para sua surpresa, não foi escolhida, na convenção partidária, para concorrer à reeleição ao cargo de deputada estadual.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

a) Como Joana busca a reeleição, deve ser considerada candidata nata.

b) A deliberação adotada na convenção partidária é lícita, caso tenha sido adotada por maioria absoluta.

c) Os partidos políticos têm autonomia para a escolha dos seus candidatos, observados os balizamentos legais.

d) Joana pode requerer pessoalmente o registro de sua candidatura, ainda que não tenha sido aprovada na convenção partidária.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A alternativa A está incorreta. No julgamento da ADI 2530, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) que autorizava a chamada "candidatura nata". Segundo o colegiado, a norma é incompatível com a Constituição Federal de 1988, por violar a isonomia entre os postulantes a cargos legislativos e a autonomia partidária.

A alternativa B está incorreta, pois não há previsão legal do quórum de maioria absoluta. Nesse sentido, o art. 7º da Lei nº 9.504/1997 afirma que *"as normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições desta Lei."*

No mesmo contexto, o art. 15, VI, da Lei nº 9.096/1995 aduz que: *"O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas."*

Ainda segundo Jose Jairo Gomes:

"É no estatuto do partido que se devem buscar as regras concernentes ao modo como ele se organiza e opera, aos requisitos e às formalidades para a escolha dos candidatos, realização de convenções, prazos, forma de convocação, quorum para instalação da assembleia e deliberação, composição de diretórios e comissões executivas, entre outras coisas. Tais temas concernem à esfera da autonomia partidária, conforme prevê o artigo 17, § 1º, da Lei Maior. Apresentam, pois, natureza interna corporis."

A alternativa C está correta, consoante o disposto no art. 3º da Lei nº 9.096/1995: *"É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento."* Ademais, dispõe o art. 17, §1º, da CF que: *"É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária."*

A alternativa D está incorreta, pois é vedado o registro de candidatura avulsa, ainda que o requerente tenha filiação partidária, conforme dispõe o art. 11, §14, da Lei nº

9.504/1997. Além disso, a aprovação do candidato em convenção partidária é exigência legal para o requerimento do registro de candidatura.

Nesse sentido, dispõe o art. 94, §1º, do Código Eleitoral: "O requerimento de registro deverá ser instruído: I - com a cópia autêntica da ata da convenção que houver feito a escolha do candidato, a qual deverá ser conferida com o original na Secretaria do Tribunal ou no cartório eleitoral".

Além disso, consoante o art. 11, §1º, da Lei nº 9.504/1997: "Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. § 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos: I - cópia da ata a que se refere o art. 8º." O art. 8º do referido diploma legal afirma que: "A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação."

QUESTÃO 20. Os partidos políticos Alfa, Beta e Gama decidiram celebrar uma coligação para a eleição municipal majoritária que se avizinhava. Apesar do apoio recebido da maior parte dos correligionários dessas agremiações, alguns tinham dúvidas em relação aos efeitos dessa iniciativa quanto à autonomia de cada partido político durante o processo eleitoral, mais especificamente, se poderiam atuar isoladamente ou se apenas a coligação poderia fazê-lo.

De acordo com a narrativa e a sistemática estabelecida na Lei nº 9.504/97, assinale a afirmativa correta.

- a) Alfa, Beta e Gama somente podem atuar isoladamente no processo eleitoral para questionar a validade da própria coligação, isto no período delimitado em lei.
- b) Em qualquer fase do processo eleitoral, somente a coligação pode atuar, mas isto não afeta a autonomia de Alfa, Beta e Gama, que devem referendar cada ato praticado.
- c) Alfa, Beta e Gama podem atuar isoladamente em todas as fases do processo eleitoral, sempre que os seus interesses colidirem com os da coligação.
- d) As prerrogativas e obrigações da coligação são distintas daquelas afetas a Alfa, Beta e Gama, de modo que cada qual atua em sua própria esfera de atribuições.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 6º, §4º, da Lei nº 9.504/1997, que assim dispõe: "O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos."

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 21. Em uma disputa judicial estabelecida no Brasil referente a um contrato de compra e venda internacional de mercadorias, regido por lei estrangeira, uma sociedade empresária a invocou para fundamentar a sua pretensão perante a outra parte. Você, como advogado(a) especializado(a) em Direito Internacional, foi procurado(a) pela sociedade para avaliar a validade de invocar a lei estrangeira no caso em tela.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A alegação de lei estrangeira pelos litigantes viola a ordem pública.
- b) A parte que invocar a lei estrangeira provar-lhe-á o texto e a vigência, se assim o juiz determinar diante do seu desconhecimento daquela.
- c) A alegação de lei estrangeira pelos litigantes depende da concordância da parte contrária.
- d) Ao juiz é vedado transferir o encargo de comprovar o teor e a vigência da lei estrangeira à parte.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão tratou da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o art. 14 da LINDB: *“Art. 14. Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência”*.

A alternativa A está incorreta, pois é possível o uso de lei estrangeira, conforme se depreende da própria LINDB, à exemplo do art. 9º, § 1º: *“Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem. § 1º Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato”*.

A alternativa C está incorreta, pois não existe dependência de concordância da parte adversa para o uso da lei estrangeira.

A alternativa D está incorreta, pois é justamente o contrário que dispõe o art. 14 da LINDB, já mencionado.

QUESTÃO 22. Um jato privado, de propriedade de empresa inglesa, causou um acidente ao colidir com uma aeronave comercial brasileira em território nacional, provocando várias mortes, entre passageiros e tripulantes. A família de uma das

vítimas brasileiras propõe uma ação contra a empresa inglesa no Brasil, formulando pedido de reparação por danos materiais e morais. A empresa ré alega que a competência para julgar o caso é da justiça inglesa.

Sobre a hipótese apresentada, segundo o direito brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) O acidente ocorreu no Brasil e, assim, a justiça brasileira é competente para julgá-lo.
- b) A ré é uma empresa estrangeira que não opera no Brasil, o que impede a justiça brasileira de julgar o caso.
- c) A justiça brasileira é competente para julgar o caso, porque a vítima é brasileira.
- d) O caso deve ser remetido por carta rogatória à justiça inglesa, a quem cabe julgá-lo.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata de competência envolvendo agentes internacionais em ações para reparação de danos.

A alternativa A está correta, pois o art. 53, V, do CPC, prevê que o foro competente para julgar a ação envolvendo reparação por danos decorrentes de acidentes aéreos é o do lugar do fato ou do domicílio do autor: *"Art. 53. É competente o foro: [...] V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves"*.

O local do fato foi em território nacional, de modo que é no Brasil que a ação deve ser processada.

A alternativa B está incorreta, pois o fato de a empresa ser estrangeira não a impede de ser processada pela justiça brasileira.

A alternativa C está incorreta, pois não é o fato de a vítima ser brasileira que torna a justiça brasileira competente, mas sim o fato de o acidente ter ocorrido no Brasil.

A alternativa D está incorreta, pois a jurisdição brasileira é competente, sendo incabível o envio do caso à justiça inglesa.

QUESTÃO 23. O deputado federal José, por meio das emendas individuais impositivas constitucionalmente previstas que a ele competem, deseja destinar recursos para o Município *Alfa*. Contudo, deseja fazê-lo por meio de repasses diretos ao referido Município, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere.

Assinale a opção que indica o instrumento constitucional que ele deve adotar.

- a) Transferência especial.
- b) Transferência com finalidade definida.

c) Transferência individual.

d) Transferência extraordinária.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 166-A, §2º, I, da CF. Trata-se de dispositivo incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019, segundo o qual:

“Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:

I - transferência especial;

(...)

§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos:

I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;”

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 24. Em um determinado ano, diante de grave impasse entre o Poder Executivo federal e o Congresso Nacional, o que vem dificultando a aprovação das leis orçamentárias, e em face da relevância e urgência em autorizar a realização de uma série de despesas públicas, o chefe do Poder Executivo avalia a hipótese de adotar Medidas Provisórias para legislar sobre o tema, especialmente sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários.

Diante desse cenário, à luz da CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

a) A Medida Provisória pode ser usada apenas para abrir crédito suplementar ou especial voltado a atender a despesas de saúde e educação.

b) A instituição da lei de diretrizes orçamentárias e da lei do orçamento anual, em caso de urgência e relevância, pode ser feita por Medida Provisória, mas não a instituição do Plurianual.

c) A abertura de crédito extraordinário por meio de Medida Provisória somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

d) A Medida Provisória para dispor sobre qualquer matéria orçamentária, pode ser editada, desde que haja relevância e urgência, e que seja aprovada pelo Congresso Nacional no prazo de 60 (sessenta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição Federal, em seu art. 62, §1º, I, "d", veda expressamente a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, contudo traz ressalva quanto ao tema no art. 167, § 3º.

A alternativa B está incorreta, consoante o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 167, §3º, da CF que "a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62", que trata dos requisitos para a edição de medidas provisórias.

A alternativa D está incorreta, consoante o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 25. O Estado Alfa notificou João em 05/05/2022 para, no prazo legal de 30 dias, pagar ou impugnar sua dívida de IPVA referente aos anos de 2020 e 2021. Este, por sua vez, ficou-se inerte e deixou transcorrer o referido prazo sem nada fazer. Logo em seguida, em 15/06/2022, a Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, nos termos da legislação, encaminhou a Certidão de Dívida Ativa (CDA) devidamente inscrita em seus registros para o Cartório de Protesto de Títulos local, que expediu intimação ao devedor para pagamento da obrigação tributária, com os acréscimos legais e emolumentos cartorários.

João, preocupado com as repercussões decorrentes do protesto extrajudicial da CDA em seu nome, sobretudo em relação aos órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa e o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, consulta você, como advogado(a).

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Tal protesto viola o sigilo fiscal do contribuinte e cria um dano ao seu nome, honra e imagem.**
- b) Por não se tratar de um ato de natureza tributária, tal protesto será admissível apenas para a cobrança da dívida não tributária.**
- c) Ao possuir previsão legal expressa, não se consubstanciando em uma sanção ilegítima, o ato de protesto é válido.**
- d) Embora se admita tal protesto, não se autoriza a inserção do nome de João nos cadastros de órgãos de proteção ao crédito.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A letra A está incorreta. Vide comentários da alternativa C.

A letra B está incorreta. Vide comentários da alternativa C.

A letra C está correta. Nos termos da lei 9492/97, que define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências: “Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.” E “Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente”

A letra D está incorreta. Vide comentários da alternativa C.

QUESTÃO 26. João e José receberam um imóvel residencial situado no Município Alfa por herança de seus pais. Em janeiro de, 2017, com autorização de José (menor de idade), seu irmão e tutor João (maior de idade), assina como único locador um contrato de aluguel do referido imóvel com Joaquim, com prazo determinado de 3 (três) anos, constando cláusula expressa de que o locatário será o único responsável pelo pagamento de todos os impostos e taxas do imóvel locado, exonerando o locador de tal obrigação. Em dezembro de 2021, João e José são surpreendidos com uma ação de execução fiscal movida em face de ambos pelo Município Alfa para cobrança do IPTU do imóvel locado referente a todo o exercício fiscal de 2018.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional, a ação de execução fiscal

a) somente poderia ter sido ajuizada em face de Joaquim, único devedor do IPTU, conforme cláusula expressa contratual.

b) somente poderia ter sido ajuizada em face de João, único que figurou no contrato como locador e dotado de capacidade tributária e processual.

c) foi corretamente ajuizada, uma vez que João e José respondem pelo tributo devido, ainda que este último seja menor de idade.

D) não podia ter sido ajuizada por já estar o crédito tributário prescrito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A letra A está incorreta. Vide comentários da alternativa C.

A letra B está incorreta. Vide comentários da alternativa C.

A letra C está correta. Nos termos do CTN: “Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.” E “Art. 124. São solidariamente obrigadas: I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;”.

Pontua-se, ainda, nos termos da lei que a menoridade não afasta a capacidade tributária passiva. “Art. 126. A capacidade tributária passiva independe: I - da capacidade civil das pessoas naturais;”.

A letra D está incorreta. Não houve prescrição. Nos termos do CTN: “Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.”

QUESTÃO 27. No ano de 2022, os sindicatos de enfermeiros e de médicos do Estado Alfa firmaram convenção coletiva de trabalho (CCT) com os hospitais daquele estado para que a remuneração paga pelo trabalho realizado nos plantões em final de semana passasse a ter a nomenclatura de "indenização de plantões". Assim, não seria mais necessária a retenção na fonte do respectivo imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF) quanto a esta parcela, aumentando, como consequência, o valor líquido de salário que os médicos e enfermeiros receberiam mensalmente.

O médico João, que sempre cumpriu corretamente suas obrigações tributárias, preocupado com o decidido naquela CCT, procura o seu advogado para emitir um parecer sobre aquela situação.

Diante desse cenário, à luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) Em razão da natureza indenizatória que esta verba passou a ter, o IRPF não incide sobre tal parcela.**
- b) Embora não tenha caráter indenizatório, sobre tal parcela não haverá incidência de IRPF por se tratar de uma decisão tomada em convenção coletiva de trabalho (CCT).**
- c) Uma vez que se trata de classificação de verbas estabelecida por convenção coletiva de trabalho (CCT), que tem força de lei, haverá hipótese de isenção tributária de IRPF, a qual não se confunde com a não incidência.**
- d) Deverá ser retido na fonte o IRPF sobre as verbas com a nova denominação "indenização de plantões", pois a incidência do imposto sobre a renda independe da denominação do rendimento.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A letra A está incorreta. Houve mera alteração de nomenclatura, e não de natureza da verba. Vide comentários da alternativa D.

A letra B está incorreta. Vide comentários da alternativa D.

A letra C está incorreta. Isenção tributária necessita de lei específica, não sendo possível assumir o posicionamento da assertiva.

A letra D está correta. Nos termos do CTN: “Art. 43. O impôsto, de competência da União, sôbre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: § 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.”.

QUESTÃO 28. Um grupo de empresários da área têxtil decidiu criar um sindicato dos empregadores daquele setor, para fins de representação e defesa dos interesses da categoria econômica.

Na assembleia geral ordinária constitutiva da instituição e para elaboração do estatuto social, surgiu a dúvida a respeito da possibilidade de obtenção da imunidade tributária sobre o patrimônio, renda ou serviços das entidades sindicais. Presente uma equipe de advogados, estes são incitados a se manifestarem a respeito.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Não há previsão constitucional para imunidade tributária de impostos de sindicato de empregadores.

b) O setor têxtil se trata de categoria econômica que não permite o enquadramento na imunidade tributária de impostos dos sindicatos.

c) Tal sindicato faz jus à imunidade tributária de impostos, desde que exerça suas atividades sem finalidade lucrativa e atenda ao requisito de não distribuição de qualquer parcela do seu patrimônio ou renda.

d) Desde que os recursos provenientes das contribuições associativas sejam aplicados exclusivamente na sua área de atuação e vinculados a suas finalidades essenciais, tal sindicato poderá gozar da imunidade tributária de impostos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A letra A está correta. Nos termos da Constituição: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das

instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;"

A letra B está incorreta. A Constituição não apresenta tal vedação.

A letra C está incorreta. Não existe imunidade tributária para sindicato de empregadores.

A letra D está incorreta. Não existe imunidade tributária para sindicato de empregadores.

QUESTÃO 29. Diante da calamidade pública decretada pela União, por força da pandemia da "Gripe-22XY foi editada a Lei Ordinária Federal nº XX/2022, de 01/05/2022, estabelecendo sua vigência e eficácia imediata, instituindo empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias na área sanitária para enfrentamento da pandemia.

Diante desse cenário, a instituição e a cobrança do empréstimo compulsório

a) podem ser feitas, por cumprir o requisito constitucional de ser voltada a "atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública"

b) são válidas, por atenderem ao princípio da legalidade tributária.

c) desrespeitam o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.

d) violou a exigência de ser veiculada mediante Lei Complementar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A letra A está incorreta. O empréstimo compulsório só pode ser instituído "para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;" ou "no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b"."

A letra B está incorreta. Não é possível a instituição por lei ordinária.

A letra C está incorreta. Não há previsão para incidência do princípio da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, c da CF/88) para empréstimos compulsórios.

A letra D está correta. Nos termos da Constituição: "Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios: I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b"."

QUESTÃO 30. Diante da necessidade de vultosos investimentos em infraestrutura e para atrair a iniciativa privada, a União divulgou, pelos meios de comunicação, que pretende realizar uma parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, salientando que já ficou caracterizado que cerca de 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração do parceiro privado deverá ser paga pela Administração.

Tal notícia despertou o interesse da sociedade Considera, que procurou a sua assessoria jurídica acerca da contratação pretendida.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta, à luz da Lei nº 11.079/2004.

- a) A concessão patrocinada pretendida depende de autorização legislativa específica.
- b) Acaso vença a licitação, a própria sociedade Considera poderá formalizar o respectivo contrato administrativo para implantar e gerir o objeto da parceria.
- c) A contraprestação da União no contrato em questão deverá ser realizada exclusivamente por ordem bancária.
- d) Não é possível que a União preste garantia das obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

A alternativa A está correta. De acordo com artigo 10, § 3º, da Lei 11.079/2004: "§ 3º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica."

A alternativa B está incorreta. Tal atribuição é da sociedade de propósito específico, a qual deverá ser constituída antes da celebração do contrato. De acordo com artigo 9º da Lei 11.079/2004: "Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria."

A alternativa C está incorreta. A contraprestação pode ser feita de outras maneiras além da ordem bancária, conforme artigo 6º da Lei 11.079/2004: "Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por: I – ordem bancária; II – cessão de créditos não tributários; III – outorga de direitos em face da Administração Pública; IV – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais; V – outros meios admitidos em lei."

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 16 da Lei 11.079/2004: "Art. 16. Ficam a União, seus fundos especiais, suas autarquias, suas fundações públicas

e suas empresas estatais dependentes autorizadas a participar, no limite global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais, distritais, estaduais ou municipais em virtude das parcerias de que trata esta Lei.”

QUESTÃO 31. No ano de 2020, o Município Alfa, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou concurso público para o cargo de médico. Não obstante a inexistência de previsão legal, no curso do certame, a Secretaria de Saúde incluiu como fase do concurso exame psicotécnico e eliminou diversos candidatos. O candidato Antônio apresentou os requerimentos administrativos cabíveis para tentar reverter a decisão, mas não obteve êxito.

Assim sendo, Antônio ajuizou reclamação constitucional junto ao Supremo Tribunal Federal, julgada procedente com base na Súmula Vinculante nº 44, do STF, que dispõe "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público", tendo a Suprema Corte dado ciência à autoridade prolatora do ato ilegal e ao órgão competente para o julgamento do recurso.

No ano de 2022, a Secretaria Municipal de Saúde publicou edital de novo concurso público, agora para o cargo de enfermeiro.

Mantida a inexistência de lei prevendo o exame psicotécnico, mais uma vez, o Município Alfa incluiu o mencionado exame em fase do concurso e o mesmo Secretário Municipal eliminou do certame a candidata Maria.

Na qualidade de advogado(a) de Maria, com base na Lei nº 9.784/99, integralmente aplicável ao Município Alfa por força de lei local, você deve

- a) impetrar mandado de segurança, observado o prazo decadencial de 180 (cento e oitenta dias), pleiteando a anulação de todo concurso, em razão de descumprimento de súmula vinculante do STF.
- b) ajuizar ação popular, requerendo a nomeação de Maria e a condenação do Secretário Municipal de Saúde por crime de responsabilidade, pela inobservância reiterada de súmula vinculante do STF.
- c) propor ação anulatória do ato de eliminação de Maria e de afastamento cautelar do Secretário Municipal de Saúde, pelo prazo de um ano, como medida punitiva pelas ilegalidades praticadas que afrontaram o interesse público.
- d) manejar pedido de reconsideração ao Secretário de Saúde, lhe alertando de que, em razão do julgamento de anterior reclamação pelo STF em caso semelhante, deve adequar sua decisão ao julgado da Suprema Corte, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

De acordo com art. 56, § 3º, da Lei 9.784/99: "Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. § 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso."

Portanto, é cabível pedido de reconsideração. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 32. A Secretaria de Fazenda do Estado Alfa acabou de adquirir novos computadores, que substituíram os antigos equipamentos que serviam aos agentes públicos lotados no órgão. Sendo assim, os antigos equipamentos, que ainda funcionam, estão sem qualquer utilidade na pasta, razão pela qual o Secretário de Fazenda instaurou processo administrativo, visando à sua alienação.

No bojo do citado processo, ficou consignada a existência de interesse público devidamente justificado para a alienação dos equipamentos, assim como já foi realizada sua avaliação.

A sociedade empresária Sigma possui interesse em adquirir os computadores e, em consulta a seu advogado, foi informada de que, consoante dispõe a Lei nº 14.133/21, a alienação desses bens da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, em regra,

- a) dependerá de licitação na modalidade leilão.
- b) exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade concorrência.
- c) será promovida mediante inexigibilidade de licitação, observados o interesse social e os critérios de oportunidade e conveniência.
- d) deverá ocorrer mediante prévia licitação, em modalidade compatível com o valor da avaliação dos equipamentos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 76, II, da Lei 14.133/2021: "Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: (...) II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:"

A alternativa B está incorreta. A autorização legislativa somente é exigida para alienação de bens imóveis, e não de bens móveis, conforme art. 76, I, da Lei 14.133/2021: "Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:"

A alternativa C está incorreta. Não há de se falar em inexigibilidade de licitação. De acordo com art. 76, II, da Lei 14.133/2021, acima transcrito, esta é obrigatória, e se dará na modalidade leilão.

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 76, II, da Lei 14.133/2021, acima transcrito, a licitação se dará obrigatoriamente na modalidade leilão.

QUESTÃO 33. O Município Ômega pretende alugar o imóvel de propriedade de João, pois suas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha, uma vez que se trata de um prédio de três andares situado ao lado do principal hospital municipal, que, após as necessárias adaptações e investimentos, poderá sediar a Secretaria Municipal de Saúde, cuja sede atual não mais comporta todos seus setores.

Desta forma, o Município Ômega instaurou processo administrativo, no bojo do qual já houve a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto pretendido, bem como foram juntadas informações com as justificativas que demonstram a singularidade do imóvel a ser locado pela Administração e que evidenciam vantagem para ela.

João, que tem interesse em alugar seu imóvel, foi procurado por agentes públicos da Secretaria Municipal de Saúde para assinar o contrato administrativo, que será firmado expressamente sob o regime jurídico da nova Lei de Licitações, mediante dispensa de licitação e com valor compatível com o preço de mercado.

Na qualidade de advogado(a) contratado por João, você lhe informou que, de acordo com a Lei nº 14.133/21, o contrato administrativo de locação

a) pode ser assinado com fundamento na dispensa de licitação, desde que haja prévias avaliação do bem e autorização do Prefeito Municipal.

b) deve ser assinado com fundamento na inexigibilidade de licitação, desde que haja prévias avaliação do bem e autorização legal da Câmara Municipal.

c) pode ser assinado com fundamento na dispensa de licitação, com avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação e estimativa dos custos de

adaptações para atender às necessidades de utilização da Secretaria Municipal de Saúde.

d) deve ser assinado com fundamento na inexigibilidade de licitação, com avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de dispensa de licitação, mas sim de inexigibilidade de licitação, conforme art. 75, V, da Lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.”

A alternativa B está incorreta. Não há de se falar em autorização legal da Câmara Municipal, conforme art. 74, § 5º, da Lei 14.133/2021: “§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos: I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos; II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.”

A alternativa C está incorreta. Não se trata de dispensa de licitação, mas sim de inexigibilidade de licitação, conforme art. 75, V, da Lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 74, § 5º, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. (...) § 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos: I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;”

QUESTÃO 34. A sociedade empresária Alfa praticou ato lesivo à administração pública do Estado Beta, pois, em matéria de licitações e contratos, obteve vantagem indevida, de modo fraudulento, em sucessivas prorrogações de contrato

administrativo, sem autorização legal, no ato convocatório da licitação pública ou no respectivo instrumento contratual.

Com a devida orientação de seu advogado, visando obter isenção de sanções que provavelmente lhe seriam aplicadas, a sociedade empresária firmou com o Estado Beta acordo de leniência.

No caso em tela, nos termos da chamada Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13), a celebração do citado acordo isentará a sociedade empresária Alfa da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos na forma prevista na lei, bem como da sanção de

a) multa civil, e reduzirá à metade a obrigação de ressarcimento dos danos ao erário.

b) obrigação de ressarcimento ao erário e da medida de suspensão ou interdição parcial de suas atividades.

c) publicação extraordinária da decisão condenatória e reduzirá, em até 2/3 (dois terços), o valor da multa aplicável.

d) multa administrativa, e condicionará a manutenção das atividades da pessoa jurídica à adoção de programa de integridade, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do acordo.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

De acordo com art. 16, § 2º, da Lei 12.846/2013: "§2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável."

Vejam, pois, quais são as sanções das quais a pessoa jurídica ficará isenta: "Art. 6º. (...) II - publicação extraordinária da decisão condenatória." e "Art. 19. (...) IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos."

Desta feita, todas as demais sanções se mantêm, o que torna as demais alternativas automaticamente incorretas.

QUESTÃO 35. O engenheiro ambiental João foi contratado pelo empreendedor Alfa para coordenar uma equipe multidisciplinar durante a elaboração de um estudo de impacto ambiental (EIA), referente a empreendimento que causará relevantes impactos ambientais. João também foi contratado para representar o empreendedor junto ao órgão ambiental licenciador, inclusive recebendo

procuração para impulsionar o processo administrativo de requerimento de licença.

Com intuito de esconder os reais impactos ambientais do empreendimento, e sem que os demais profissionais que participaram dos estudos do EIA tivessem ciência, João, de forma dolosa, elaborou e apresentou, no licenciamento ambiental, estudo de impacto ambiental parcialmente enganoso, por omissão.

Diante da conduta de João, foi emitida licença ambiental sem as devidas condicionantes, de maneira que houve dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação incompleta e enganosa por ele apresentada ao órgão ambiental.

De acordo com a Lei n.º 9.605/98, em matéria de responsabilidade penal, assinale a afirmativa correta.

- a) João não praticou crime ambiental, pois não existe crime ambiental omissivo, mas deve ser responsabilizado na esfera ambiental, em âmbito cível e administrativo.
- b) João não realizou conduta que configure crime ambiental, pois não é o empreendedor, que deve responder, como pessoa jurídica, nas esferas criminal, cível e administrativa.
- c) João cometeu crime ambiental, e a pena deve ser aumentada, porque houve dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação incompleta e enganosa por ele apresentada ao órgão ambiental.
- d) João incorreu em crime ambiental, e a pena deve ser diminuída, porque o responsável pela elaboração e apresentação do EIA não é o empreendedor e sim, o profissional técnico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

João cometeu crime contra Administração Ambiental previsto no art. 69-A da Lei n.º 9.605/98. “Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Por esse motivo, as alternativas A, B, D estão incorretas.

QUESTÃO 36. A sociedade empresária Alfa requereu licença ambiental para empreendimento consistente em indústria de cimento que gera materiais particulados, que se instalaria em determinada zona industrial já saturada. Durante o processo de licenciamento ambiental, restou comprovado que o impacto apresentado comprometeria a capacidade de suporte da área, causando grave poluição atmosférica.

Diante dos riscos e impactos já de antemão conhecidos, o órgão ambiental licenciador indeferiu o pedido da licença.

Assinale a opção que indica o princípio específico que embasou a decisão de negar a licença ambiental.

a) Precaução, que requer certeza científica conclusiva e segura sobre os impactos ambientais.

b) Prevenção, em que o risco é previamente conhecido e existe certeza a respeito da sua ocorrência.

c) Desenvolvimento sustentável, que se relaciona à informação científica conclusiva quanto aos danos ambientais a serem causados.

d) Poluidor-pagador, que evidenciou que o perigo de dano ambiental era certo com elementos seguros para concluir que a atividade é efetivamente perigosa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois pelo princípio da Precaução não se permite a intervenções no meio ambiente justamente porque não existe certeza científica sobre os possíveis danos ambientais que a eventual instalação do empreendimento possa causar ao meio ambiente.

A alternativa B está correta, pois pelo caso exposto, restou comprovado o impacto ambiental deletério que a instalação do empreendimento causaria. Portanto, o dano já é certo.

A alternativa C está incorreta, pois o princípio do desenvolvimento sustentável visa equilibrar satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades da geração futura.

A alternativa D está incorreta. O princípio do poluidor-pagador tem por objetivo punir aquele que causou dano ambiental, devendo o poluidor arcar com todo o custo da reparação ao meio ambiente.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 37. Marcelo alugou um cavalo do haras *Galopante* para, com ele, disputar uma corrida no dia 15, comprometendo-se a devolvê-lo no dia seguinte à

corrida (dia 16). Entretanto, Marcelo se afeioou pelo animal e não o devolveu no prazo estipulado, usando-o para passeios em sua fazenda.

O haras, com isso, deixou de alugar o animal para outro jóquei que pretendia correr com ele no dia 18 e já havia reservado. Para completar, no dia 20, em um dos passeios com Marcelo, o cavalo se assustou com uma cobra e sofreu uma queda. No acidente, fraturou uma perna e teve que ser sacrificado.

Diante disso, assinale a opção que indica os prejuízos que o haras *Galopante* pode exigir de Marcelo devido à falta do cavalo.

a) Deve ser incluído o aluguel que deixou de receber do outro jóquei, mas não o equivalente do animal, porque Marcelo ficou liberado da responsabilidade pela impossibilidade da prestação a partir do dia 20, eis que decorrente de caso fortuito.

b) Devem ser excluídos tanto o aluguel que receberia do outro jóquei, por se tratar de dano hipotético, como o equivalente do animal, pois Marcelo ficou liberado da responsabilidade pela impossibilidade da prestação a partir do dia 20, eis que decorrente de caso fortuito.

c) Deve ser incluído o equivalente pecuniário do cavalo, tendo em vista a responsabilidade de Marcelo pela impossibilidade da prestação enquanto estava em mora, mas excluído o aluguel que receberia do outro jóquei, por se tratar de dano hipotético.

d) Devem ser incluídos tanto o aluguel que deixou de receber do outro jóquei como equivalente pecuniário do cavalo, tendo em vista a responsabilidade de Marcelo pela impossibilidade da prestação, enquanto estava em mora.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa está correta. Marcelo tinha a obrigação de restituir o bem. O objeto da obrigação pereceu, devendo Marcelo restituir a coisa. Por tanto, haras poderá cobrar de Marcelo tanto o aluguel que deixou de receber do outro jóquei como equivalente pecuniário do cavalo, tendo em vista a responsabilidade de Marcelo pela impossibilidade da prestação, enquanto estava em mora.

A resposta encontra fundamento nos arts. 239, 399 e 402 do Código Civil.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa D.

QUESTÃO 38. Luan, conduzindo seu automóvel em velocidade acima da permitida, colidiu violentamente contra o veículo em que estavam Felipe com 10 anos de idade, e seus pais, Paulo, com 45 anos de idade, e Juliana, com 38 anos. Em razão do acidente, Felipe sofreu ferimentos graves, só recebendo alta hospitalar após 6 meses. Paulo e Juliana faleceram no acidente. Pedro, tio de Felipe, foi nomeado seu tutor, função que exerceu até a maioridade de Felipe.

Ao completar 18 anos de idade, Felipe ajuizou ação indenizatória em face de Luan, buscando reparação pelos danos morais sofridos em razão do acidente, bem como o ressarcimento de despesas médicas.

A respeito do caso acima narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A pretensão ressarcitória de Felipe não está prescrita, eis que exercida no prazo quinquenal, cujo termo inicial é a data em que Felipe alcançou a maioridade civil.
- b) A pretensão de Felipe não está prescrita, pois o termo inicial do prazo trienal é a data em que Felipe completou 16 anos.
- c) Luan e Felipe poderão convencionar que o prazo prescricional aplicável à pretensão de Luan é de dez anos.
- d) É vedado a Luan renunciar à eventual prescrição que lhe beneficie.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão requer do candidato o conhecimento acerca do prazo trienal para exercer o direito de ação.

A alternativa A está incorreta. O termo inicial não é a data que Felipe alcançou a maioridade, não se tratando de prazo em obediência à imputabilidade do autor.

A alternativa B está correta. A pretensão de Felipe não está prescrita, pois o termo inicial do prazo trienal é a data em que Felipe completou 16 anos. Conforme o art. 198, I do CC, não corre prescrição contra os incapazes, bem como, com fulcro no art. 203, §3º, V, vence em três anos a pretensão de reparação civil.

A alternativa C está incorreta, pois os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes (art. 192 do CC).

A alternativa D está incorreta. O art. 191 do Código Civil prevê a possibilidade de renúncia da prescrição, seja ela expressa ou tácita, não sendo vedado a Luan renunciar à eventual prescrição que lhe beneficie.

QUESTÃO 39. Ana comprou de Miguel um carro usado, por R\$ 60.000,00, e combinou de fazer o pagamento à vista, por PIX. Ocorre que, na hora de digitar a chave PIX de Miguel - seu número de celular -, Ana errou um dígito, e acabou enviando o pagamento, por coincidência, para uma pessoa chamada José Miguel.

Ao receber o comprovante, Miguel alertou a compradora para o equívoco. Ana, então, entrou imediatamente em contato com José Miguel por telefone, pedindo a restituição do valor transferido. Em seguida, encaminhou notificação extrajudicial, requerendo a restituição do valor. José Miguel, todavia, esquivou-se de fazê-lo, o que levou a Ana a procurar você, como advogado, para orientá-la sobre o problema.

Sobre a orientação dada, assinale a afirmativa correta.

- a) O fato narrado configura doação de Ana a José Miguel, que ela somente poderia discutir por meio de ação anulatória, provando algum dos defeitos dos negócios jurídicos.
- b) Em eventual ação de Ana contra José Miguel, provando a autora o erro no pagamento, deve o réu ser condenado a restituir à autora apenas a quantia nominal indevidamente recebida.
- c) Em eventual ação de Ana contra José Miguel, provando a autora o erro no pagamento, deve o réu ser condenado a restituir à autora a quantia indevidamente recebida, com os acréscimos da mora, desde a data do fato, cabendo a ele, todavia, eventuais rendimentos que tenha auferido por ter investido o montante.
- d) Em eventual ação de Ana contra José Miguel, provando a autora o erro no pagamento, deve o réu ser condenado a restituir à autora a quantia indevidamente recebida, com os acréscimos da mora, desde a data do fato, bem como eventuais rendimentos que José Miguel tenha auferido por ter investido o montante, vez que se considera possuidor de má-fé.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

Conforme o art. 876 do Código Civil, *todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição.*

A alternativa D está correta. Ana deverá comprovar o erro (art. 877) e, sendo José possuidor de má-fé, deverá restituí-la. Portanto, em eventual ação de Ana contra José Miguel, provando a autora o erro no pagamento, deve o réu ser condenado a restituir à autora a quantia indevidamente recebida, com os acréscimos da mora, desde a data do fato, bem como eventuais rendimentos que José Miguel tenha auferido por ter investido o montante, vez que se considera possuidor de má-fé.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 40. Devido às consequências da pandemia, Gabriel Cervantes teve problemas financeiros e profissionais, levando ao consumo de álcool de forma abusiva diariamente, sendo considerado pelos médicos como ébrio habitual.

Rosa Torres, sua esposa, desesperada com a condição do marido e pela situação financeira da família, procura você, como advogado(a), desejando saber a respeito da possibilidade de curatela. Informa a esposa que o casal tem dois filhos absolutamente incapazes e os pais do marido encontram-se vivos. Comunica ainda que o casal não se encontra separado de fato.

Sobre a hipótese, segundo o sistema jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) O alcoolismo por si só não conduz à curatela, devendo a esposa demonstrar a prodigalidade do marido.
- b) Em eventual curatela, os pais terão prioridade no exercício em relação à esposa, que só poderá ser designada curadora na desistência dos pais.
- c) A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, enquanto não houver a maioridade ou a emancipação.
- d) A interdição do ébrio habitual só o privará de, sem curador, emprestar, transgredir, dar quitação, alienar ou hipotecar seu patrimônio, podendo praticar livremente os demais atos da vida civil.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda sobre o instituto da Curatela.

A alternativa correta é a letra C. Conforme o art. 1.767, III do Código Civil, estão sujeitos a curatela os ébrios habituais.

A titularidade do curador estende à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, até a maioria destes. Pois, ele sendo interdito, o poder parental não continua o mesmo, com fundamento nos arts. 1.775 e art. 1.778 do Código Civil.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 41. Vítor contraiu empréstimo perante uma instituição bancária e ofereceu, como garantia da dívida, a hipoteca sobre um bem imóvel dele.

Considerando essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) Vítor poderá alienar o imóvel hipotecado, salvo se o contrato de empréstimo veda a alienação, cláusula que é considerada válida.

b) Vítor poderá alienar o imóvel hipotecado, mas a alienação implicará o vencimento automático do empréstimo, independentemente de previsão no contrato.

c) Vítor não poderá alienar o imóvel hipotecado, porque isso resultaria em conduta contrária à boa-fé objetiva.

d) Caso Vítor realize melhoramentos no imóvel após a constituição da hipoteca, eles integram a garantia real em prol da instituição bancária.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A hipoteca do bem principal abrange o bem acessório.

A alternativa correta é a letra D. Conforme o art. 1.474 do Código Civil *a hipoteca abrange todas as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel. Subsistem os ônus reais constituídos e registrados, anteriormente à hipoteca, sobre o mesmo imóvel.* Ainda, conforme o art. 1.475, parágrafo único, *pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.*

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 42. Júlio Cesar e Thayane forma casados por 8 anos e tiveram 2 filhos. Como a separação foi amigável, o casal achou melhor não realizar qualquer medida judicial, acordando verbalmente o valor da pensão alimentícia que seria paga em benefício dos menores, bem como o esquema de convivência parental.

Entretanto, 3 anos após a separação, Thayane resolveu reajustar o valor da pensão alimentícia. O que não foi aceito por Júlio Cesar. Como não conseguiram alcançar

um acordo, já que Júlio Cesar não pagou os valores solicitados, Thayane decidiu suspender o contato do pai com os filhos.

Sem poder ter contato com os filhos, Júlio Cesar procura você, advogado(a), a fim de receber sua orientação.

Assinale a opção que indica, corretamente, sua orientação.

a) A medida adotada por Thayane está correta, pois a mãe tem autonomia para suspender o contato como pai que não cumpre com seus deveres de prestar alimentos, resguardando, dessa forma, a proteção necessária ao desenvolvimento biopsíquico dos menores.

b) Thayane pode impedir o contato de Júlio Cesar com o filho, já que, após a separação, o exercício da autoridade familiar é exclusivo da mãe, que tem o dever de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

c) Thayane não pode impedir a convivência de Júlio Cesar com os filhos em razão do não pagamento da pensão alimentícia nos valores que foram pleiteados, pois independentemente das questões pendentes com relação aos alimentos, a convivência dos filhos com os pais é um direito fundamental.

d) Thayane não pode impedir o contato de Júlio Cesar com os filhos, já que, tanto os alimentos, quando a guarda e convivência parental jamais foram regularizadas judicialmente, limitando-se o casal a um acordo verbal.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

O contato com pai com os filhos é um direito fundamental, não podendo Thayane, em razão do não pagamento do valor requerido por ela, impedir o contato de Júlio Cesar com os filhos.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 1.634 do Código Civil, *Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada (...)*. Portanto, Thayane não pode impedir o contato de Júlio Cesar com os filhos, já que, tanto os alimentos, quando a guarda e convivência parental jamais foram regularizadas judicialmente, limitando-se o casal a um acordo verbal.

E Júlio Cesar poderá reclamar acerca da restrição de Thayane judicialmente, com fundamento no art. 1.634 do Código Civil.

As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários da alternativa C.

QUESTÃO 43. Eduardo adotou Bernardo, criança de dois anos, regularmente e de forma unilateral, tornando-se seu pai. Quando Bernardo completou três anos, Eduardo, infelizmente, faleceu vítima de um infarto. Eduardo não deixou parentes conhecidos.

Maria, a mãe biológica de Bernardo, sempre se arrependeu de tê-lo enviado à adoção. Sabendo do ocorrido e ciente de que não há o restabelecimento do vínculo do poder familiar, pelo fato de ter ocorrido a morte do adotante, Maria o procura, como advogado(a), para buscar uma solução que permita que Bernardo volte a ser seu filho.

Assinale a opção que apresenta a solução proposta.

a) A mãe biológica, infelizmente, não tem ao seu alcance qualquer medida para restabelecer o vínculo de parentalidade com Bernardo.

b) A mãe biológica deverá se candidatar à adoção de Bernardo, da mesma forma e pelos mesmos procedimentos que qualquer outro candidato.

c) A mãe biológica não poderá se candidatar à readoção de seu filho biológico, pois a dissolução do vínculo familiar é perene.

d) A inexistência de parentes do adotante falecido causa a excepcional restauração do vínculo familiar com a mãe biológica, fugindo à regra geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A adoção é medida excepcional e irrevogável que rompe, definitivamente, os vínculos jurídicos com a família anterior. E, conforme art. 49 do ECA: “A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.” Sendo assim, a mãe biológica deverá se candidatar à adoção de Bernardo, da mesma forma e pelos mesmos procedimentos que qualquer outro candidato.

Nesse sentido, as alternativas A, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 44. Carlos e Joana, pais da criança Paula, estão dissolvendo sua união estável, ainda sem judicialização, detendo Joana a guarda de fato de Paula enquanto não regularizados os regimes de visitação ou compartilhamento de guarda.

Por razões profissionais, Carlos mudou-se para o município contíguo ao da residência de Joana e Paula.

Ocorre que Carlos, estando insatisfeito com algumas decisões de Joana sobre a vida da criança, e não mais conseguindo ajustar amistosamente tais questões, precipitou o ajuizamento de processo para regulamentação da guarda e pensionamento, no Juízo da comarca que está residindo.

Joana procura você, como advogado(a), para representá-la, reclamando ter que se defender em outra cidade.

Com base no enunciado acima, sobre a questão da competência, assinale a orientação que você, corretamente, daria à Joana.

a) O juízo da residência de Carlos é tão competente quanto ao da residência de Joana, eis que apenas

quando da definição da guarda – que é o que está pretendendo – a competência passa a ser do foro do

guardião judicialmente definido.

b) A competência para este processo de regulação de guarda e pensão incube ao Juízo da comarca de

residência de Paula, e não de Carlos, pois a guarda de fato já basta para tal fixação.

c) A competência será sempre definida em razão daquele que primeiro postular judicialmente a regulação

da guarda.

d) A guarda é irrelevante para fins de determinação da competência, devendo ser processado o feito em

razão do melhor interesse da criança, seja qual for o foro inicialmente escolhido.

Comentários

Trata-se de questão referente a conflito de competência em ação de regulamentação da guarda e pensionamento.

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu como foro competente para julgar ação de guarda é o que melhor atenda ao interesse da criança.

De acordo com o Tribunal, a melhor solução para os conflitos de competência suscitados nos processos que envolvem menores não é verificar qual o juízo a quem primeiro foi distribuída a demanda ou que deferiu a guarda provisória antes, mas sim detectar aquele que, de acordo com os fatos delineados nos autos, melhor atende ao princípio da prioridade absoluta dos interesses da criança ou do adolescente.

O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e foi firmado em conflito de competência suscitado nos autos de ação para regularização de guarda de duas crianças. Assim, de acordo com a jurisprudência do STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÕES DE GUARDA. CUSTÓDIA DEFERIDA A AMBOS OS GENITORES EM AÇÕES DISTINTAS. SÚMULA 383/STJ. PREVALÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DO JUÍZO IMEDIATO E DO MELHOR

INTERESSE DA CRIANÇA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Nos termos da Súmula 383/STJ: "A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda." 2. Na hipótese, os pais disputam a guarda do filho menor impúbere em duas ações contrapostas, nas quais ambos obtiveram a guarda judicial provisória, caracterizando-se o conflito positivo de competência entre os juízos paulista e potiguar. 3. Conflito resolvido levando-se em consideração as circunstâncias do caso, o enunciado da Súmula 383/STJ, bem como o princípio do juízo imediato, previsto no art. 147, I e II, do ECA, atrelado ao princípio do melhor interesse da criança, declarando que a competência para processar e julgar as ações conexas de interesse do menor deve ser fixada no foro do domicílio do detentor presente da guarda, ou seja, o da mãe, detentora atual da guarda efetiva, já que ambos os genitores possuem a guarda judicial provisória da criança. 4. Embargos de declaração julgados como agravo interno desprovido. EDcl no CC 171371 / SP EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA 2020/0072446-4. Rel.Min. RAUL ARAÚJO, julgado em 12/08/2020.

Tal jurisprudência apresenta conflito positivo de competência uma vez que ambos os genitores obtiveram a guarda provisória, situação distinta da apresentada pela questão, onde ainda não há a regulação da guarda. O que se pode extrair, no entanto, é a preponderância assumida pelo princípio do melhor interesse da criança em contraposição à aplicação normativa do ECA, o que também deve preponderar na questão apresentada no Exame de Ordem.

PROCESSO CIVIL. REGRAS PROCESSUAIS. GERAIS E ESPECIAIS. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. COMPETÊNCIA. ADOÇÃO E GUARDA. PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO JUÍZO IMEDIATO.

1. A determinação da competência, em casos de disputa judicial sobre a guarda - ou mesmo a adoção - de infante deve garantir primazia ao melhor interesse da criança, mesmo que isso implique em flexibilização de outras normas.
2. O princípio do juízo imediato estabelece que a competência para apreciar e julgar medidas, ações e procedimentos que tutelam interesses, direitos e garantias positivados no ECA é determinada pelo lugar onde a criança ou o adolescente exerce, com regularidade, seu direito à convivência familiar e comunitária.
3. Embora seja compreendido como regra de competência territorial, o art. 147, I e II, do ECA apresenta natureza de competência absoluta. Isso porque a necessidade de assegurar ao infante a convivência familiar e comunitária, bem como de lhe ofertar a prestação jurisdicional de forma prioritária, conferem caráter imperativo à determinação da competência.

4. O princípio do juízo imediato, previsto no art. 147, I e II, do ECA, desde que firmemente atrelado ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, sobrepõe-se às regras gerais de competência do CPC.

5. A regra da perpetuatio jurisdictionis, estabelecida no art. 87 do CPC, cede lugar à solução que oferece tutela jurisdicional mais ágil, eficaz e segura ao infante, permitindo, desse modo, a modificação da competência no curso do processo, sempre consideradas as peculiaridades da lide.

6. A aplicação do art. 87 do CPC, em contraposição ao art. 147, I e II, do ECA, somente é possível se - consideradas as especificidades de cada lide e sempre tendo como baliza o princípio do melhor interesse da criança - ocorrer mudança de domicílio da criança e de seus responsáveis depois de iniciada a ação e consequentemente configurada a relação processual.

7. Conflito negativo de competência conhecido para estabelecer como competente o Juízo suscitado. Rel.Min. NANCY ANDRIGHI, julgado em 08/09/2010.

A partir de tal julgado vê-se a superioridade da principiologia do Direito da Criança e do Adolescente perante o caso concreto, sobretudo no que se refere ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Tal princípio é imperativo e prepondera em face da norma posta, de modo que os Tribunais deverão relativizar a interpretação normativa em benefício da criança e do adolescente.

Nas palavras de Válter Kenji Ishida (2015, p. 57), a doutrina da proteção integral e o princípio do melhor interesse são duas regras basilares do direito da infância e da juventude que devem permear todo tipo de interpretação dos casos envolvendo crianças e adolescentes. Trata-se da admissão da prioridade absoluta dos direitos da criança e adolescente. A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, em seu art. 1º e 3º, menciona que em todas as medidas concernentes às crianças terão consideração primordial os interesses superiores da criança.

Ademais, o autor aponta que já existiu polêmica sobre a fixação da competência, sobretudo pela discussão quanto a aplicação do art. 147, I e II do ECA, mas que é importante ressaltar que a regra do art. 147 do ECA pode não ser levada em conta, em face da regra do melhor interesse da criança ou adolescente.

Ademais, segundo Súmula do STJ, **somente após a definição da guarda e quanto às ações conexas, é que a competência passa a ser do foro do domicílio do detentor de sua guarda**, nos termos da Súmula 383 do STJ, in verbis:

Súmula n. 383 do STJ A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do

detentor de sua guarda. (SÚMULA 383, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 08/06/2009).

Uma vez que a questão mencione que ainda não há definição da guarda, o domicílio do detentor de fato da guarda não deve ser tomado como fator preponderante frente ao princípio do melhor interesse da criança. Sendo assim, de acordo com as assertivas da questão, tem-se:

A letra A está **incorreta**. A assertiva está incorreta pois não menciona o princípio do melhor interesse da criança para a solução quanto à regulação da guarda, mencionando apenas que ambos os juízos teriam competências equivalentes.

A letra B está **incorreta**. A assertiva está incorreta pois tal entendimento restou superado pela atual jurisprudência e doutrina, uma vez que a principiologia de proteção às crianças e adolescentes se sobrepõe às regras de definição de competência estabelecidas pelo art. 147, I e II do ECA.

A letra C está **incorreta**. A assertiva está incorreta pois traz regra sobre iniciativa de postulação que não se encontra presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, tampouco junto ao Código de Processo Civil.

A letra D está **correta**. A assertiva está correta pois confirma a atual posição doutrinária de que o princípio do melhor interesse da criança deve preponderar sobre a aplicação pura da norma. Desse modo, as regras de competência poderão ser relativizadas pela autoridade judiciária quanto em face do cumprimento da principiologia do ECA.

Por tais fatos e fundamentos supracitados, requer-se a ALTERAÇÃO DE GABARITO PARA A LETRA "D".

QUESTÃO 45. Adônis procurou você, como advogado(a), queixando-se de lhe ter sido negado crédito. Informou que a recusa se baseou em uma pontuação baixa atribuída por meio do uso do método para avaliação do risco de concessão de crédito, conhecido como sistema "escore de crédito". Disse que o método foi aplicado sem o seu consentimento prévio, bem como explicou que não foram prestados esclarecimentos a respeito das fontes dos dados considerados e nem das informações pessoais valoradas.

A respeito desse assunto, à luz das disposições do Código de Defesa do Consumidor sobre banco de dados e cadastro de consumidores, assinale a afirmativa correta;

A) A realização de qualquer avaliação de risco para a concessão de crédito, com o objetivo de criar sistema de escore do consumidor, deve ser sempre precedida do consentimento do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

B) A indicação ao consumidor das fontes dos dados considerados pelo fornecedor para o cálculo do escore de crédito fica dispensada.

C) O consentimento prévio do consumidor consultado é desnecessário, mas a ele deve ser garantido o acesso às informações pessoais valoradas e às fontes dos dados considerados no cálculo do escore de crédito.

D) As informações pessoais valoradas são de autonomia do fornecedor e não precisam ser conhecidas pelo consumidor, pois são confidenciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema do cadastro positivo dos consumidores.

O cadastro positivo está previsto na Lei 12.414/2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

Desse modo, o objetivo deste cadastro é trazer a lista dos consumidores considerados bons pagadores e, desta forma, conseguir alguns benefícios nas relações de consumo, conforme a seguir analisados.

A redação original do art. 4º, caput, da Lei 12.414 estabelecia que inclusão do nome do consumidor no cadastro positivo estava condicionada a autorização prévia mediante consentimento informado por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada. Todavia, por força da Lei Complementar 166 de 2019, a referida autorização prévia do consumidor para ver seu nome incluído no cadastro de inadimplentes não existe mais.

Para o Superior Tribunal de Justiça, a utilização de score de crédito não se trata de um banco de dados de cadastros de consumidores, mas um método estatístico de avaliação de risco. Desta forma, desnecessário qualquer consentimento do consumidor ou ainda qualquer necessidade de notificação prévia ao consumidor.

Neste sentido:

Súmula 550 – STJ - A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

Desse modo, no caso enunciado o consentimento prévio do consumidor consultado é desnecessário, mas a ele deve ser garantido o acesso às informações pessoais valoradas e às fontes dos dados considerados no cálculo do escore de crédito. Correta a alternativa C.

QUESTÃO 46. Em viagem realizada do Rio de Janeiro para os Estados Unidos, em Janeiro de 2023, Luan e Vanessa tiveram uma de suas malas extraviada,

tendo sofrido um prejuízo quantificado em cerca de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Acionada, a empresa aérea alegou que sua responsabilidade estava limitada ao teto previsto na Convenção de Varsóvia e que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) não era aplicável à hipótese, por se tratar de transporte internacional.

Considerando a jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal, no que toca ao tema das indenizações por danos materiais decorrentes de extravio de bagagens de viajantes no transporte aéreo, assinale a afirmativa correta.

A) O CDC é sempre aplicável, independentemente de se tratar de um voo internacional ou doméstico, não sendo possível que qualquer tratado ou convenção internacional limite o valor das indenizações cabíveis, pois tal fato configuraria violação à soberania nacional.

B) Nos voos internacionais prevalecem integralmente as limitações contidas em normativas internacionais, como a Convenção de Varsóvia e a Convenção de Montreal, enquanto nos voos domésticos aplica-se unicamente o CDC, não sendo aplicáveis as limitações contidas naquelas convenções.

C) Em se tratando de contrato de transporte aéreo, aplicam-se as limitações contidas nas convenções internacionais tanto aos voos domésticos quanto aos voos internacionais.

D) As limitações contidas na Convenção de Varsóvia e na Convenção de Montreal somente são aplicáveis quando explicitadas no contrato assinado pelo consumidor, em obediência ao dever de informação exigido pelo CDC.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B. Porém, é cabível recurso.**

A questão exige o conhecimento jurisprudencial acerca da legislação aplicável no caso de responsabilização por dano material em transporte internacional.

Inicialmente, a Convenção de Varsóvia é um tratado internacional, assinado pelo Brasil em 1929 e promulgado por meio do Decreto nº 20.704/31. Posteriormente, ela foi alterada pelo Protocolo Adicional 4, assinado na cidade canadense de Montreal em 1975 (ratificado e promulgado pelo Decreto 2.861/1998). Assim, falamos em Convenções de Varsóvia e de Montreal.

Essas Convenções estipulam valores máximos que o transportador poderá ser obrigado a pagar em caso de responsabilidade civil decorrente de transporte aéreo internacional. Dessa forma, tais Convenções adotam o princípio da indenizabilidade restrita ou tarifada.

Em caso de extravio de bagagens, por exemplo, a Convenção determina que o transportador somente poderá ser obrigado a pagar uma quantia máxima de cerca de R\$ 4.500,00.

Contudo, o Código de Defesa do Consumidor garante ao consumidor o princípio da reparação integral do dano.

Assim, havia uma antinomia entre o art. 14 do CDC, que impõe ao fornecedor do serviço o dever de reparar os danos causados, e o art. 22 da Convenção de Varsóvia, que fixa limite máximo para o valor devido pelo transportador, a título de reparação.

Contudo, o STF, analisando o caso, fixou a seguinte tese de repercussão geral:

"Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor." STF. Plenário. RE 636331/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes e ARE 766618/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 25/05/2017 (repercussão geral)

Isso porque a Constituição Federal de 1988 determinou que, em matéria de transporte internacional, deveriam ser aplicadas as normas previstas em tratados internacionais.

Art. 178. A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Assim, em virtude dessa previsão expressa quanto ao transporte internacional, deve-se afastar o Código de Defesa do Consumidor e aplicar o regramento do tratado internacional.

Destaca-se, porém, que o STF observou que:

- 1) as Convenções de Varsóvia e de Montreal regulam apenas o transporte internacional (art. 178 da CF/88). Em caso de transporte nacional, aplica-se o CDC;
- 2) a limitação indenizatória prevista nas Convenções de Varsóvia e de Montreal abrange apenas a reparação por danos materiais, não se aplicando para indenizações por danos morais. As Convenções nada falam a respeito de limites para condenação por danos morais, tendo a discussão no STF ficado centrada no limite estabelecido para ressarcimento de danos materiais;
- 3) as Convenções de Varsóvia e de Montreal devem ser aplicadas não apenas na hipótese de extravio de bagagem, mas também em outras questões envolvendo o transporte aéreo internacional.

No mesmo sentido, passou a entender o STJ:

Direito do consumidor. Transporte aéreo internacional. Conflito entre lei e tratado. Indenização. Prazo prescricional previsto em convenção internacional. Aplicabilidade. 1. Salvo quando versem sobre direitos humanos, os tratados e convenções internacionais ingressam no direito brasileiro com status equivalente ao de lei ordinária. Em princípio, portanto, as antinomias entre normas domésticas e convencionais resolvem-se pelos tradicionais critérios da cronologia e da especialidade. 2. Nada obstante, quanto à ordenação do transporte internacional, o art. 178 da Constituição estabelece regra especial de solução de antinomias, no sentido da prevalência dos tratados sobre a legislação doméstica, seja ela anterior ou posterior àqueles. Essa conclusão também se aplica quando o conflito envolve o Código de Defesa do Consumidor. 3. Tese afirmada em sede de repercussão geral: “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor”. 4. Recurso extraordinário provido.

(ARE 766618, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 25/05/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-257 DIVULG 10-11-2017 PUBLIC 13-11-2017)

Dessa forma, como o enunciado trata expressamente de danos materiais, a alternativa B está correta ao afirmar que nos voos internacionais prevalecem as limitações contidas em normativas internacionais, como a Convenção de Varsóvia e a Convenção de Montreal, enquanto nos voos domésticos aplica-se unicamente o CDC, não sendo aplicáveis as limitações contidas naquelas convenções.

Todavia, entendemos ser cabível recurso. Deve-se fazer uma ressalva em relação ao termo "integralmente" empregado na alternativa, pois como visto acima, o Supremo Tribunal Federal ressaltou alguns pontos que não foram considerados na questão.

QUESTÃO 47. Pastificio Ponte Serrada S/A celebrou contrato de comissão com Elói Mendes para aquisição de cereais. O negócio foi efetuado pelo comissário conforme as instruções recebidas, mas a vendedora, Cerealista Campos Novos Ltda., ficou inadimplente na entrega do produto. Considerando-se que o contrato de comissão celebrado entre Pastificio Ponte Serrada S/A e Elói Mendes não contém cláusula del credere, assinale a afirmativa correta.

- a) O comissário não responde perante o comitente pelo inadimplemento do vendedor Cerealista Campos Novos Ltda., devendo o segundo suportar os prejuízos advindos.
- b) Tanto o comissário quanto o vendedor Cerealista Campos Novos Ltda. respondem solidariamente perante o comitente pelos prejuízos advindos.
- c) Apenas o comissário responde perante o comitente pelos prejuízos advindos do inadimplemento do vendedor Cerealista Campos Novos Ltda.
- d) O comissário e o vendedor Cerealista Campos Novos Ltda. respondem solidariamente perante o comitente pelos prejuízos advindos, mas o primeiro apenas em caráter subsidiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

No contrato de comissão, o comissário não responde pela insolvência das pessoas com quem tratar, exceto em caso de culpa e se constar, no contrato, a cláusula del credere. O examinador deixa claro que o contrato em comissão foi realizado conforme instruções recebidas e não contém cláusula del credere. Por esses motivos, o comissário não responderá pelo inadimplemento, com fundamento nos arts. 697 e 698 do Código Civil:

“Art. 697. O comissário não responde pela insolvência das pessoas com quem tratar, exceto em caso de culpa e no do artigo seguinte.

Art. 698. Se do contrato de comissão constar a cláusula del credere, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. (Vide Lei nº 14.690, de 2023)”

Por essa razão, as alternativas B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 48. Pedreira Anitópolis Ltda está passando por sérias dificuldades de fluxo de caixa a curto e médio prazo e não está conseguindo crédito no mercado financeiro para honrar seus compromissos urgentes, em especial com credores trabalhistas e por acidentes de trabalho. A sociedade empresária pretende elaborar um plano de recuperação extrajudicial para apresentar a seus credores e negociar com eles sua aprovação.

Sobre a pretensão de submeter créditos trabalhistas e por acidentes de trabalho aos efeitos da recuperação extrajudicial, assinale a afirmativa correta.

- a) Os créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, mas, para homologação, é necessária prévia negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria funcional.
- b) Os créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho, à semelhança do que ocorre com os créditos de natureza tributária, não podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, por não se sujeitarem aos efeitos da recuperação extrajudicial.

c) Os créditos decorrentes de acidentes de trabalho, no limite máximo de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por empregado, podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, mas os créditos de natureza trabalhista não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial.

d) Os créditos de natureza trabalhista podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, mediante negociação coletiva prévia com o sindicato da respectiva categoria funcional, mas os créditos decorrentes de acidentes de trabalho não se sujeitam aos efeitos da recuperação extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no § 3º do art. 49 e no inciso II do caput do art. 86 desta Lei, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional, conforme art. Art. 161, § 1º, da Lei n.º 11.101/2005. Dessa maneira, as alternativas B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 49. O empresário individual Valério Pavão deseja alterar a forma de exercício da sociedade empresária, passando a admitir como sócio Jerônimo e Atílio, e mantendo a mesma atividade e localização de seu estabelecimento. Sobre a mudança pretendida, assinale a opção que apresenta as ações que Valério Pavão deverá executar.

a) Dissolver sua empresa individual e, após o encerramento da liquidação, constituir uma sociedade com os sócios Jerônimo e Atílio.

b) Solicitar ao registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária.

c) Solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis o enquadramento de sua empresa como microempresa para, em seguida, requerer a transformação do registro para sociedade empresária.

d) Dissolver sua empresa individual e, no curso da liquidação e após o levantamento do balanço patrimonial, constituir uma sociedade com os sócios Jerônimo e Atílio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se, conforme art. 1.113 do Código Civil, portanto, a alternativa B está correta.

As alternativas A, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 50. Quatro professores, que dão aulas particulares, decidiram constituir uma sociedade simples e chamaram para integrar a sociedade Belfort Pereira, empresário individual, inscrito na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob a condição de investir na sociedade como sócio minoritário.

Sobre as condições para o enquadramento de uma sociedade simples como microempresa, assinale a afirmativa correta.

- a) É lícito o enquadramento como microempresa apenas em razão da participação do sócio Belfort Pereira no capital ser minoritária.
- b) O enquadramento como microempresa é exclusivo para as sociedades empresárias, de modo que, a sociedade simples está impedida.
- c) É facultado o enquadramento como microempresa porque todos os sócios são pessoas naturais, independentemente da condição de empresário de um deles.
- d) É vedada a participação de pessoa física inscrita como empresário no capital de uma sociedade enquadrada como microempresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O art. 3º, § 4º, III, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, veda, expressamente, o benefício do tratamento jurídico diferenciado de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário.

Dessa forma, as alternativas A, B, C estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 51. Stefano Carneiro, após ganhar indenização de R\$ 60.000,00 em processo judicial movido em face de Estevão Braga, inicia o cumprimento definitivo de sentença requerendo ao juízo competente que intime o devedor para o pagamento da condenação.

No prazo para pagar, Estevão Braga reconhece o débito e solicita ao seu advogado que realize o depósito de trinta por cento do valor da execução, acrescido de custas e de honorários do advogado, e que o restante seja parcelado em seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês, pois soube que o Código de Processo Civil permite ao devedor o parcelamento nessas condições.

Na condição de advogado(a) de Estevão Braga, assinale a afirmativa correta.

- a) O parcelamento pretendido por Estevão é possível, independentemente da aceitação do exequente, pois é um direito do executado.
- b) O parcelamento pretendido por Estevão é possível, pois o reconhecimento do débito ocorreu dentro no prazo para pagar.

c) O parcelamento pretendido por Estevão só é possível antes do início do cumprimento de sentença.

d) O parcelamento pretendido por Estevão não se aplica ao cumprimento de sentença.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão tratou sobre o parcelamento da execução previsto no art. 916 do CPC, que por expressa previsão legal, não se aplica ao cumprimento de sentença.

A alternativa correta é a letra D, pois está de acordo com o art. 916, § 7º, do CPC: *“Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. [...] § 7º O disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença”.*

É importante acrescentar que o STJ admite o parcelamento no cumprimento de sentença, desde que por acordo entre devedor e credor (REsp nº 1.891.577/MG, Relator Ministro Marco Aurélio Belizze, 3ª Turma, publicado no DJe em 14/6/2022), no entanto, a cobrança na questão foi da literalidade do CPC.

A alternativa A está incorreta, pois o parcelamento a que se refere o art. 916 do CPC, se restringe como direito do executado no processo de execução e não no cumprimento de sentença.

A alternativa B está incorreta, pois a impossibilidade do parcelamento na hipóteses decorre da regra do art. 916, § 7º, do CPC.

A alternativa C está incorreta, pois o parcelamento não se aplica ao cumprimento de sentença (art. 916, § 7º, do CPC).

QUESTÃO 52. Em determinada demanda judicial cível é proferida sentença de procedência do pedido autoral, com a condenação da sociedade empresária ré ao pagamento de determinado valor a título de reparação por dano material.

Com o trânsito em julgado, o autor inicia a fase de cumprimento de sentença e, após alguns meses e diversas tentativas, sem sucesso, de penhora de bens do réu, apresenta requerimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Você, na condição de advogado(a), é procurado(a) pelo réu, buscando saber sobre o incidente em questão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O referido incidente não é cabível no procedimento comum, sendo restrito ao âmbito da execução fiscal de débitos tributários.
- b) A instauração do mencionado incidente suspende o processo e sua resolução se dá por decisão interlocutória.
- c) O incidente apontado não é cabível na fase de cumprimento de sentença, por não haver título judicial formado em relação aos sócios cujo patrimônio se busca atingir.
- d) Instaurado o incidente no caso concreto, os sócios da sociedade ré devem ser intimados para exercício de seu direito de defesa.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão tratou do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o art. 134, § 3º e art. 136 do CPC: *“Art. 134 [...] § 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º”. “Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória”.*

A alternativa A está incorreta, pois o incidente é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, conforme art. 134, “caput”, do CPC: *“Art. 134. O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”.*

A alternativa C está incorreta, pois contraria o art. 134, “caput”, do CPC: *“Art. 134. O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”.*

A alternativa D está incorreta, pois deve haver a citação (e não a intimação) dos sócios, nos termos do art. 135 do CPC: *“Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias”.*

QUESTÃO 53. Ademir Leone, servidor público aposentado, atualmente obtém sua maior fonte de renda por meio da compra e venda de ações na bolsa de valores brasileira, tendo em vista a perda do poder econômico de sua aposentadoria.

Certo dia, ao tentar comprar ações na bolsa de valores, recebe a notificação de que seu nome havia sido inscrito nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento das parcelas de um empréstimo firmado com o Banco Prata, e por isso a transação não poderia ser completada, bem como soube que suas ações foram bloqueadas.

Incrédulo com tal situação, pois nunca contratou com tal banco, além de temer pelo sustento de sua família, Ademir procurou você, como advogado(a), para saber da possibilidade de limpar seu nome o quanto antes, ajuizando ação judicial, mas sem precisar esperar o fim do processo.

Assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a orientação que atende à pretensão do seu cliente,

a) Não existe essa possibilidade no direito brasileiro, o qual pauta-se no contraditório e na ampla defesa, respeitando o devido processo legal, seguindo todas as fases processuais, para que, somente ao final, seja dada uma decisão justa e equânime.

b) É possível que seja concedida a tutela de urgência, sendo desnecessário a demonstração de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) Existe a possibilidade de que seja concedida a tutela de evidência, desde que demonstrado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

d) Há a possibilidade de que seja concedida a tutela de urgência, pois existem elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão tratou das tutelas provisórias.

A alternativa D está correta, pois a situação de fato narrada no enunciado preenche os requisitos do art. 300 do CPC: *“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”*.

A alternativa A está incorreta, pois é sim possível que a tutela final seja antecipada em favor da parte, seja com base na urgência (art. 300 do CPC) ou na evidência (art. 311 do CPC).

A alternativa B está incorreta, pois art. 300 do CPC exige necessariamente a demonstração da probabilidade do direito (*fumus bonis iuris*) e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

A alternativa C está incorreta, pois para a concessão da tutela de evidência é dispensada a necessidade de demonstração de urgência, conforme art. 311 do CPC: *“Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório*

fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente”.

QUESTÃO 54. Martina ajuizou ação pelo procedimento comum contra Marcela visando à indenização milionária, oportunidade na qual informou na petição inicial que não tinha interesse na audiência de conciliação.

Após analisar a petição inicial, o MM. Juízo da 100ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis/SC determinou a citação de Marcela para comparecer em audiência de conciliação, na forma do Art. 334 do Código de Processo Civil e, eventualmente, apresentar contestação na forma do Art. 35 do mesmo diploma legislativo.

Após tomar conhecimento da ação indenizatória de Martina, Marcela apresentou petição concordando com o pedido de cancelamento da audiência de conciliação e se reservando o direito de apresentar contestação no prazo legal.

Considerando que foram prestadas todas as informações e apresentados todos os documentos necessários para a elaboração da contestação, a ser apresentada no prazo de 15 dias, assinale a opção que indica o momento em que se inicia a contagem desse prazo.

- a) Da juntada nos autos do aviso de recebimento positivo do seu mandado de citação por correios
- b) Da publicação da decisão do MM. Juízo da 100ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis/SC que cancelar a audiência de conciliação agendada no despacho citatório.
- c) Do ato de protocolar o pedido de cancelamento da audiência de conciliação formulado por Marcela.
- d) Da audiência de conciliação, uma vez que o Código de Processo Civil obriga a realização desse ato processual, o qual não poderá ser cancelado por despacho do MM. Juízo da 100ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis/SC.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão tratou da fase inicial do procedimento comum (audiência de mediação e conciliação).

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o art. 334, § 4º, I c/c art. 335, II, do CPC: “Art. 334 [...] § 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;”. “Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo

termo inicial será a data; [...] II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I”.

As alternativas A, B e D estão incorretas, pois não estão de acordo com o art. 335, II, do CPC e na hipótese, a contagem do prazo da contestação se inicia do protocolo do pedido de cancelamento apresentado pelo réu, na hipótese em que a parte autora manifestou desinteresse pela audiência na petição inicial.

QUESTÃO 55. Samuel ajuizou ação de exigir contas contra Maria, requerendo sua citação para que as preste ou ofereça contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Em sua petição inicial, Samuel alegou que, por força de contrato de mandato, teria confiado a administração de recursos próprios a Maria, que, no entanto, não prestou regularmente contas de forma extrajudicial, conforme entre si acordado. Em que pese Maria tenha oferecido contestação à ação, o juiz julgou procedente o pedido, condenando Maria a prestar as contas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Sobre a situação hipotética descrita, assinale a afirmativa correta.

a) Caso Maria deixe de prestar as contas no prazo assinalado de 15 (quinze) dias úteis, Samuel será intimado a apresentá-las, não podendo o juiz determinar a realização de perícia para a sua certificação.

b) Ainda que Maria deixe de prestar as contas no prazo assinalado de 15 (quinze) dias úteis, lhe será lícito impugnar as contas que venham a ser apresentadas por Samuel.

c) Maria poderá interpor recurso de apelação contra a sentença, ao fundamento de que o prazo previsto em lei para a prestação de contas é de 30 (trinta), e não 15 (quinze) dias úteis, como assinalado pelo juiz.

d) Caso Maria venha a prestar as contas, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias úteis assinalado pelo juiz e de forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e os investimentos, es houver.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata da ação de exigir contas, procedimento especial previsto no CPC.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o art. 551 do CPC: “Art. 551. As contas do réu serão apresentadas na forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e os investimentos, se houver”.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do art. 550, § 6º, do CPC, o juiz poderá sim (se necessário) determinar a realização de perícia: “Art. 550 [...] § 6º Se o réu apresentar as contas no prazo previsto no § 5º, seguir-se-á o procedimento do

§ 2º, caso contrário, o autor apresentá-las-á no prazo de 15 (quinze) dias, podendo o juiz determinar a realização de exame pericial, se necessário”.

A alternativa B está incorreta, pois não está de acordo com o art. 550, § 5º, do CPC, que prevê penalidade ao réu: “Art. 550 [...] § 5º A decisão que julgar procedente o pedido condenará o réu a prestar as contas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar”.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo para a apresentação das contas é de 15 e não 30 dias, conforme art. 550, “caput”, do CPC: “Art. 550. Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias”.

QUESTÃO 56. A *General Food* é uma reconhecida sociedade empresária britânica do ramo de alimentos presidida, desde 2018, pelo brasileiro Rodrigo Bottas.

Em 2021, o jornal “Folha de Londres” publicou uma série de reportagens apontando irregularidades na gestão de Rodrigo Bottas, que foi imediatamente afastado da sociedade empresária. Ato contínuo, a *General Food* investigou as irregularidades suscitadas pelo jornal e, após confirmá-las, instaurou arbitragem na Inglaterra para obter indenização pelos prejuízos causados por seu antigo executivo.

Após regular participação de Rodrigo Bottas no referido procedimento, o Tribunal Arbitral proferiu sentença julgando procedente o pedido indenizatório da *General Food*.

Como Rodrigo Bottas não tinha bens na Inglaterra, a *General Food* procurou um(a) advogado(a) para buscar informações sobre a possibilidade de executar a sentença arbitral estrangeira no Brasil.

Na qualidade de advogado(a) da *General Food*, assinale a afirmativa correta.

a) A *General Food* deverá ajuizar ação de execução contra Rodrigo Bottas, uma vez que a sentença arbitral estrangeira é título executivo judicial.

b) A *General Food* deverá instaurar arbitragem contra Rodrigo Bottas, uma vez que não são admissíveis a homologação e a execução de sentença arbitral estrangeira no Brasil.

c) A *General Food* deverá ajuizar ação indenizatória contra Rodrigo Bottas, uma vez que não são possíveis a homologação e a execução de sentença arbitral estrangeira no Brasil.

d) A *General Food* deverá apresentar pedido de homologação da sentença arbitral estrangeira contra Rodrigo Bottas antes de executar a referida decisão no Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata da homologação de decisão estrangeira.

A alternativa D está de acordo com o art. 960, § 3º, do CPC, que prevê que a decisão arbitral estrangeira se submete ao procedimento de homologação perante o STJ: *"Art. 960 [...] § 3º A homologação de decisão arbitral estrangeira obedecerá ao disposto em tratado e em lei, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições deste Capítulo"*.

A alternativa A está incorreta, pois é necessária a homologação da decisão arbitral perante o STJ para só depois serem procedidos os atos expropriatórios contra o devedor.

As alternativas B e C estão incorretas, pois é sim admissível a homologação (art. 960, § 3º, do CPC) e a posterior execução da decisão arbitral estrangeira.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 57. Paulo nasceu em outubro de 1990. Em julho de 2011, Paulo cometeu o delito de homicídio simples contra um vizinho. O Ministério Público ofereceu denúncia no ano de 2022. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva no ano de 2021, pois, no caso de Paulo, a prescrição é reduzida pela metade.

b) A prescrição da pretensão punitiva só ocorrerá em 20 anos da data dos fatos, ou seja, no ano de 2031.

c) Por se tratar de crime hediondo, o prazo prescricional da prescrição da pretensão punitiva é acrescido de 1/3, de forma que a prescrição ocorrerá somente no ano de 2024.

d) Por se tratar de crime hediondo, o crime cometido por Paulo é imprescritível.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda conhecimentos sobre prescrição.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 115, do CP, os prazos prescricionais são reduzidos de metade, quando o agente era, ao tempo do crime, menor de 21 anos. Tendo em vista que a pena máxima do crime de homicídio simples é de 20 anos (art. 121, do CP), o prazo prescricional seria de 20 anos, posto que o art. 109, I, do CP, dispõe que se o máximo da pena for superior a 12 anos, a pena prescreverá em 20 anos. Reduzindo esse prazo à metade, o crime prescreverá em 10 anos. Uma vez que o crime foi cometido

em julho de 2011, a prescrição ocorreu em julho de 2021.

A alternativa B está incorreta. Conforme explicado na alternativa A, o lapso prescricional é reduzido à metade por ser o agente menor de 21 anos na data do fato (art. 115 do CP).

A alternativa C está incorreta. O homicídio simples só será crime hediondo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, conforme o art. 1º, I, da lei nº 8.072/90.

A alternativa D está incorreta. O homicídio simples só será crime hediondo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, conforme o art.

1º, I, da lei nº 8.072/90. Ademais, crimes hediondos não são imprescritíveis. Na verdade, a CF estabelece a imprescritibilidade apenas para os casos de Racismo (art. 5º, XLII, da CF) e ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, da CF).

QUESTÃO 58. João completou 20 anos e foi colocado em liberdade, após cumprir 3 anos de internação por medida socioeducativa em razão da prática de atos infracionais análogos a estupro e furto, conforme sentença proferida pelo Juizado da Infância e da Juventude de sua Comarca.

Ao ser solto da unidade de internação, foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo, sendo que João nunca respondeu por outros crimes.

Para os fins deste novo processo, assinale a afirmativa correta:

a) João é primário e com bons antecedentes, ante a inaptidão de atos infracionais serem utilizados como circunstância judicial, ou induzir reincidência.

b) João é reincidente e com maus antecedentes, ante a pluralidade de infrações pretéritas, anteriores aos delitos de roubo.

c) João é tecnicamente primário, porém, com maus antecedentes, sendo este único efeito possível gerado pela aplicação de medidas socioeducativas.

d) João é reincidente ou com maus antecedentes, pois não é possível que a reincidência seja também considerada circunstância judicial, ainda que se tratem de condenações distintas.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda conhecimentos sobre circunstâncias judiciais e reincidência.

A alternativa A está correta. A 6ª Turma do STJ decidiu, no julgamento do AgInt no REsp 1906504/SP, que atos infracionais não podem ser considerados como maus antecedentes para fins de aumentar a pena-base, tampouco prestam-se a caracterizar personalidade voltada para a prática de crimes ou

má conduta social. Portanto, João é primário e com bons antecedentes, ante a inaptidão de atos infracionais serem utilizados como circunstância judicial, ou induzir reincidência.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 59. Maciel teve sua prisão temporária prolongada sem motivo justo e excepcionalíssimo, por decisão de Xavier, diretor da unidade prisional em que Maciel estava custodiado. Esgotado o prazo legal para que ele fosse posto em liberdade, Xavier ignorou dolosamente o alvará de soltura por 5 (cinco) dias, com o objetivo de prejudicar Maciel, seu inimigo declarado. Sobre o procedimento de Xavier, assinale a afirmativa correta.

a) Ele praticou o crime de corrupção passiva privilegiada.

b) Ele praticou o crime de abuso de autoridade.

c) Ele praticou o crime de desobediência.

d) Não praticou crime algum, tendo em vista que o alvará de soltura foi cumprido.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda conhecimentos sobre Crimes contra Administração Pública e Abuso de Autoridade.

A alternativa A está incorreta. O crime praticado pelo agente não foi de corrupção passiva, constante no art. 317, do CP, visto que não solicitou ou recebeu vantagem indevida.

A alternativa B está correta. O caso trata da prática do crime de abuso de autoridade constante do art. 12, p. único, IV, da lei nº 13.689/2019, que dispõe que incorre no tipo penal em questão o agente público que prolonga a execução de prisão temporária, deixando, sem motivo justo e excepcionalíssimo, de executar o alvará de soltura imediatamente após recebido ou de promover a soltura do preso quando esgotado o prazo judicial ou legal.

A alternativa C está incorreta. O crime praticado pelo agente não foi de desobediência, constante no art. 330, do CP, visto que este crime só pode ter como sujeito ativo o particular, não funcionário público.

A alternativa D está incorreta. O agente praticou o crime do art. 12, p. único, IV, da lei nº 13.689/2019, uma vez que prolongou injustamente a prisão temporária a que estava submetido pessoa sob sua custódia.

QUESTÃO 60. Pablo (13 anos) e Luís (19 anos), amigos de longa data, decidiram cometer suicídio. Durante todo o período em que conversaram sobre o tema,

sempre condicionaram a realização do ato à presença de ambos, sendo certo que diariamente um instigava o outro a praticar o ato.

No dia combinado, os dois se dirigiram à principal ponte da cidade e se posicionaram no vão central. Afastados um do outro, apenas se olharam para iniciar a contagem até se jogarem. Os dois pularam ao mesmo tempo.

Apesar de a altura ser a mesma, Pablo ficou em coma por 90 dias no hospital e ao retornar teve diagnosticada a sua tetraplegia, perdendo completamente os movimentos dos braços e das pernas. Luís, por sua vez, sofreu apenas algumas escoriações. Sobre a participação de Luís no caso narrado, assinale a afirmativa correta, conforme expressa previsão legal.

- a) Deverá responder pelo crime de instigação ao suicídio qualificado pelo resultado morte.
- b) Será responsabilizado nas penas do crime de lesão corporal gravíssima.
- c) Incidiu na conduta de tentativa de instigação ao suicídio.
- d) Não será responsabilizado, porque será beneficiado pelo instituto do perdão judicial, independentemente de as consequências da infração o terem atingido de forma grave.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda conhecimentos sobre o tipo penal de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. No caso apresentado, Luís, pessoa maior de idade, instigou Pablo, pessoa menor de 14 anos, a cometer suicídio, crime previsto no artigo 122 do Código Penal.

Nestes termos, considerando que Pablo é menor de 14 anos e da ação deste resultou uma lesão gravíssima, em razão da tetraplegia, a qual gera a perda completa dos movimentos dos braços e das pernas, Luís responderá pela pena qualificada do artigo 122 do CP, a qual remete às penas da lesão corporal gravíssima (art. 129, §2º, do CP), à luz do disposto no artigo 122, §6º, do CP:

“Art. 122 (...) § 6º Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime descrito no § 2º do art. 129 deste Código.”

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 61. Paulo estava desempregado, precisando de dinheiro, quando, dentro do metrô, avistou uma mulher com a bolsa entreaberta e a carteira 3 mostra. Paulo decidiu pegar a carteira, sem que ninguém visse. Durante a empreitada criminosa, Paulo inseriu a mão na bolsa da mulher e segurou a carteira. Porém, com crise de consciência, Paulo decidiu por livre e espontânea vontade não prosseguir na empreitada criminosa.

Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que Paulo deve ser beneficiado pelo instituto do(a):

- a) arrependimento posterior.
- b) desistência voluntária.
- c) tentativa.
- d) arrependimento eficaz.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão aborda conhecimentos sobre *iter criminis*.

A alternativa A está incorreta. Inicialmente, deve-se considerar que a jurisprudência entende consumado o delito de furto "com a posse de fato da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada. (REsp 1.524.450/RJ- Tema 934)". Adotou-se, portanto, a teoria *apprehensio* ou *amotio*.

No caso apresentado, o agente não chegou a retirar a carteira da bolsa da vítima, mas apenas tocou nesta, logo, nunca teve a posse de fato. Sendo assim, houve, na verdade, uma desistência de prosseguir na execução.

Portanto, não é possível afirmar a ocorrência do Arrependimento posterior, o qual está previsto no artigo 16 do CP, na qual se estabelece uma causa genérica de diminuição de pena, nos seguintes termos: "nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços".

Diferentemente da tentativa, da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, o arrependimento posterior pressupõe a consumação do crime, a qual não foi verificada no caso apresentado.

A alternativa B está correta. Como afirmado na alternativa A, a jurisprudência adota a teoria *amotio* para consumação do delito de furto, de modo que não houve a consumação no caso apresentado.

Desta forma, é possível a incidência da desistência voluntária, trazida no artigo 15 do CP, e que se caracteriza pela ausência de consumação do crime por uma ação

voluntária do agente, o qual, no decorrer da execução, desiste de prosseguir. Tal ação permite que o agente responda apenas pelos atos já praticados, afastando a tipicidade da tentativa do crime inicialmente desejado.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários das alternativas A e B, no caso apresentado houve uma desistência voluntária, o que não se coaduna com a tentativa, a qual pressupõe a não consumação do tipo por circunstâncias alheias à vontade do agente, à luz do artigo 14, II, do CP.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários das alternativas A e B, no caso narrado, o agente não alcançou o final da execução da empreitada criminosa, mas desistiu de prosseguir no curso desta. Tal fato diferencia a desistência voluntária do arrependimento eficaz, pois este último, também previsto no artigo 15 do CP, pressupõe a conclusão da fase executória, atuando o agente para impedir o resultado.

QUESTÃO 62. Caio, lutador de MMA, estava na praia quando viu uma senhora ser agredida por um terceiro. Caio foi em direção ao agressor e tentou persuadi-lo a parar com as agressões, mas o agressor não deu ouvidos e continuou a agredir a senhora. Dessa forma, Caio não viu outra alternativa a não ser desferir um soco no agressor para afastá-lo da senhora e imobilizá-lo em seguida, até a chegada da polícia.

Diante do exposto, a conduta de Caio pode ser beneficiada pela exclusão da:

- a) tipicidade em razão da coação física irresistível.
- b) culpabilidade em razão da coação moral irresistível.
- c) ilicitude em razão do exercício regular de um direito.
- d) ilicitude por legítima defesa.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda conhecimentos sobre excludentes de tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

A alternativa A está incorreta. A coação física irresistível é causa que exclui a tipicidade uma vez que elimina por completo a vontade do agente coagido. Sendo assim, a vontade do coagido não é apenas viciada, mas suprimida, de modo que ele passa a ser um mero instrumento do coautor, excluindo a conduta do coagido.

No caso apresentado, Caio não estava atuando sob coação física.

A alternativa B está incorreta. A coação moral irresistível é causa excludente da culpabilidade em razão da inexigibilidade de conduta diversa por parte do sujeito, a qual está prevista expressamente no art. 22 do CP. Nestes casos, o CP prevê que “só é punível o autor da coação ou da ordem”.

No caso apresentado, Caio não estava atuando influenciado por qualquer coação.

A alternativa C está incorreta. O exercício regular do direito está previsto no artigo 23,III, do CP como uma causa de exclusão da ilicitude, a qual se fundamenta no fato de que, se o ordenamento prevê que o agente pode atuar, não é possível que tal ação seja, ao mesmo tempo, incriminada. Típico exemplo doutrinário são as lesões corporais geradas em uma luta de boxe. Em tese, causar lesões corporais em outra pessoa é fato tipificado no artigo 129 do CP, todavia, no caso das lutas de boxe, há autorização para tanto, de modo que os fatos não são ilícitos.

No caso apresentado, Caio não estava em uma luta de MMA, embora seja atleta deste esporte, logo, sua conduta não se amolda ao artigo 23,III, do CP.

A alternativa D está correta. A legítima defesa é causa que exclui a ilicitude e está prevista no artigo 23,II, do CP, bem como definida legalmente no artigo 25 do mesmo diploma, se caracterizando pela atuação que, “usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”.

Percebe-se que o Código Penal autoriza a legítima defesa tanto na proteção de direito próprio como de terceiro. No caso apresentado, Caio atuou, de forma moderada e com os meios necessários, na defesa de interesse de terceiro, sendo sua conduta abrangida por esta excludente de ilicitude.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 63. Arthur, Bruno, Fernanda e Camille foram acusados de furto simples praticado em 2020.

Arthur foi definitivamente condenado, Bruno foi condenado, porém, recorreu e ainda não houve decisão definitiva. Fernanda aceitou a suspensão condicional do processo, já cumprida, e Camille foi absolvida, tendo havido recurso do Ministério Público, ainda não julgado.

Em julho de 2023, sobreveio acusação de uso de documento particular falso contra os quatro. Considerando preenchidos os demais requisitos, e considerando apenas os antecedentes criminais mencionados, assinale a opção que indica os que podem celebrar Acordo de Não Persecução Penal.

- a) Arthur e Bruno.
- b) Arthur e Fernanda.
- c) Bruno e Camille.
- d) Fernanda e Camille.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda conhecimentos sobre o Acordo de Não Persecução Penal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. No caso apresentado, Arthur possui condenação transitada em julgado e, após a definitividade da condenação, sobrevém a acusação relacionada ao uso de documento falso. Desta forma, em razão do artigo 28-A, §2º, II, do CPP o qual veda a aplicação do ANPP aos acusados reincidentes, Arthur não poderá ser beneficiado por ele.

Fernanda, ao seu turno, aceitou a suspensão condicional do processo pelos fatos ocorridos em 2020, logo, em 2023, não poderá ser beneficiada pelo ANPP, em razão do disposto no 28-A, §2º, III, do CPP: "28-A (...) § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: III - ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo", pois o prazo de 5 anos não foi alcançado.

Camille foi absolvida e, embora ainda haja recurso da acusação, ainda não julgado, não há impeditivos para que se beneficie do ANPP, visto que a sua inocência deve ser presumida, à luz do artigo 5º, LVII, da CF.

Por fim, Bruno, embora tenha sido condenado na sentença, ainda não teve sua condenação tornada definitiva, de modo que a presunção de inocência deve prevalecer, tornando possível o oferecimento do ANPP.

Nestes termos, o STJ, analisando situação similar, já se posicionou no sentido de que é "inadmissível a utilização de ação penal em curso para afastar a causa de diminuição do artigo 33, parágrafo 4º, da Lei de Drogas. HC 664.284."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 64. Adamastor, Juiz Federal em exercício na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, vinculada ao Tribunal Regional Federal da Segunda Região, ajuizou queixa-crime contra o advogado Braulio, que foi distribuída a 20ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Nessa queixa-crime, Adamastor imputou a prática do crime de calúnia a Braulio, pois este teria dito em uma entrevista, dada na cidade de Porto Alegre/RS, que Adamastor recebeu vantagem econômica indevida para beneficiar determinada parte em sentença que prolatou. Após a citação pessoal de Bráulio, este ofereceu resposta à acusação opondo exceção da verdade.

Assinale a opção que indica o órgão jurisdicional competente para qual deve ser direcionado essa exceção processual.

- a) 20ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
- b) Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS.
- c) Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

d) Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Comentários

A alternativa correta é a letra C .

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. Em regra, quem julga a exceção da verdade nos crimes contra a honra é o próprio juiz competente para a ação penal privada. No entanto, se o excepto for uma autoridade que possui foro por prerrogativa de função, a competência para julgar a exceção será do tribunal ao qual o querelante está vinculado, conforme Rcl 7.391-MT e também disposição do artigo 85 do CPP, que dispõe: "Nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, àquele ou a estes caberá o julgamento, quando oposta e admitida a exceção da verdade."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 65. Júnior foi condenado pelo delito de latrocínio, na modalidade tentada, a uma pena de 8 (oito) anos e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, já tendo a sentença transitado em julgado, sem nulidade. Júnior inicia a execução das penas e procura você, na qualidade de advogado(a).

Assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a orientação jurídica que possibilita reduzir o tempo de encarceramento de Júnior.

a) Postular o perdão do ofendido e, assim, reduzir sua pena.

b) Aguardar o decreto presidencial de comutação de pena.

c) Requerer a classificação de Júnior para trabalho e estudo no sistema carcerário, a fim de viabilizar a remição de penas.

d) Pleitear um decreto de anistia no âmbito da Assembleia Legislativa do seu Estado.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A questão aborda conhecimentos sobre Execução Penal.

A alternativa A está incorreta. O perdão do ofendido é o ato pelo qual o querelante desiste do prosseguimento da ação penal privada em andamento, conforme disposição do art. 105. Trata-se de instituto aplicável apenas para crimes de ação penal privada, o qual não corresponde ao caso em análise.

A alternativa B está incorreta. O indulto coletivo é a clemência concedida pelo Presidente da República, por decreto, a condenados em geral, desde que

preenchem determinadas condições objetivas e/ou subjetivas, podendo perdoar integralmente a pena, gerando a extinção da punibilidade, ou perdoar parcialmente a pena, operando-se um desconto (comutação), sem provocar a extinção da punibilidade.

Contudo, não se aplica ao caso em análise, tendo em vista que o crime praticado é hediondo (art. 1º, II, c, da lei nº 8.072/90), o que o torna insuscetível de ser beneficiado por indulto, conforme art. 2º, I, da lei nº 8.072/90.

A alternativa C está correta. No cumprimento da pena, é possível ao sentenciado descontar parte do seu tempo de pena através do trabalho ou do estudo. Conforme o art. 126 da LEP, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

O §6º do mencionado artigo permite que o preso em regime aberto ou em liberdade condicional possam também remir sua pena através do estudo, por meio da frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional; no entanto, a lei não prevê a possibilidade de remição da pena através do trabalho nessas hipóteses, por entender que esta já corresponde a condição para que o sentenciado permaneça no regime.

A alternativa D está incorreta. A anistia é um ato de clemência concedido pelo Poder Legislativo, por meio de lei, referindo-se ao esquecimento de fatos criminosos e gerando, com isso, a extinção da punibilidade dos envolvidos. Contudo, não se aplica ao caso em análise, tendo em vista que o crime praticado é hediondo (art. 1º, II, c, da lei nº 8.072/90), o que o torna insuscetível de ser beneficiado pela anistia, conforme art. 2º, I, da lei nº 8.072/90.

QUESTÃO 66. Osvaldo foi denunciado pela prática do crime de estelionato em coautoria com Flávio.

Durante a instrução processual, o Juízo ouviu três testemunhas da acusação, e, uma delas, Fabiana, apresentou versão conflitante com as apresentadas pelas defesas.

Por isso, o Ministério Público requereu a realização de acareação prevista no Art. 229 do CPP, entre Osvaldo, Flávio e Fabiana. A defesa de Osvaldo informou que o acusado não iria participar da acareação, mas o Ministério Público insistiu com o Juízo que determinasse que Osvaldo se submetesse ao ato, sob pena de incidir nas penas do crime de desobediência.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa que indica o princípio que você, como advogado(a) de Osvaldo, deve alegar em defesa do seu cliente.

a) O da ampla defesa veda a realização de acareação entre testemunhas de defesa e de acusação, pois cada parte tem o ônus de provar os fatos que alega.

b) O de fundamentação das decisões exige que, ao determinar a realização de uma prova, o Juízo indique concretamente as razões que a justifiquem, sob pena de nulidade.

c) O de presunção de inocência impede a participação do réu em procedimento de acareação, ainda que a ele se apresente voluntariamente.

d) O de não autoincriminação ampara a pretensão de Osvaldo de não se submeter à produção de provas que exigem participação ativa do denunciado, tal como a acareação.

Comentários

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda conhecimentos sobre Provas.

A alternativa A está incorreta. Conforme disposto no artigo 229 do CPP, a acareação poderá ocorrer entre as testemunhas: “Art. 229. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.”.

Neste sentido, não há violação à ampla defesa, concebida como o direito fundamental, previsto no artigo 5º, LV, da CF, de utilizar todos os meios para alcançar os direitos que alega.

A alternativa B está incorreta. O caso apresenta contradição e divergência entre os depoimentos prestados, portanto, não há carência de fundamentação do ato judicial.

A alternativa C está incorreta. No caso em análise, não se discute a inocência do réu, mas apenas as declarações prestadas, em comparação com aquela prestada pela testemunha de acusação, sendo assim, o referido direito fundamental não é impeditivo para o ato. Ademais, a alternativa traz hipótese de comparecimento espontâneo do acusado, o que permitiria que a acareação ocorresse.

A alternativa D está correta. A acareação se caracteriza como meio de prova, trazido nos artigos 229 e 230 do CPP, pelo qual busca-se esclarecer pontos divergentes existentes entre os depoimentos de testemunhas, acusados e vítimas.

Conforme a doutrina, a acareação não pode obrigar o acusado a depor contra si próprio. Neste sentido, Rômulo de Andrade Moreira afirma que: “Evidentemente que o réu ou o indiciado não está obrigado a submeter-se a este meio de prova, tendo em vista a proibição da não autoincriminação prevista no art. 8º, 2, g, do Pacto de São José da Costa Rica, no art. 14,3, g do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de Nova York, ambos já incorporados em nosso ordenamento jurídico”.

QUESTÃO 67. Fabrício foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo, tendo havido a regular conversão do flagrante em prisão preventiva.

Contudo, passados mais de dois anos, a instrução processual não logrou finalizar a oitiva das testemunhas de acusação, pois o Ministério Público insiste na oitiva de policiais que, constantemente, faltam à audiência por motivos pessoais, alegando férias e licença.

Fabrício permanece preso preventivamente, o que ensejou a impetração de habeas corpus para o Tribunal de Justiça competente. O Tribunal de Justiça, em decisão colegiada, denegou a ordem de habeas corpus.

Identifique, corretamente, a medida judicial a ser proposta para o caso narrado.

- a) Recurso ordinário constitucional, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- b) Recurso de apelação, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) Agravo interno, dirigido para o Tribunal de Justiça.
- d) Recurso extraordinário, dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda conhecimentos sobre Recursos.

A alternativa A está correta. Conforme previsto no artigo 105, II, "a", da CF:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça(...) II - julgar, em recurso ordinário: a) os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

O Caso apresenta um *Habeas Corpus* que foi denegado pelo Tribunal de Justiça em decisão de última instância, portanto, cabível o Recurso Ordinário Constitucional.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 68. André, primário, subtraiu o computador de Gustavo, enquanto este estava distraído em via pública, em uma sexta-feira.

Na terça-feira da semana seguinte, após consultar as câmeras de vigilância, Gustavo identificou André como o responsável pela subtração, e acionou a Polícia Civil que, com base nas declarações de Gustavo, abordou André em via pública e

com ele encontrou o computador subtraído dias antes. André foi, então, preso em flagrante pelo delito de receptação, na modalidade “conduzir” produto de furto. As penas do furto e da receptação são de 1 a 4 anos.

Como advogado(a) de André, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve ser postulado o relaxamento da prisão em flagrante, porque André praticou apenas o delito de furto, crime de natureza instantânea, inexistindo situação flagrancial.
- b) Deve ser postulada a liberdade provisória, pois, não obstante ter praticado dois delitos em concurso material, ainda assim é cabível a suspensão condicional do processo.
- c) André praticou delito de furto em concurso formal com receptação, o que autoriza a prisão em flagrante pelo delito de natureza permanente, mas é cabível a liberdade provisória, mediante fiança.
- d) André praticou apenas o delito de receptação, cuja pena máxima é igual a quatro anos, por isso, não é cabível a prisão preventiva, devendo ser postulada a liberdade provisória.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão aborda conhecimentos sobre Prisão em Flagrante.

A alternativa A está correta. A questão narra uma situação em que o agente furta um bem e, após este fato, mantém a posse deste, utilizando-o como seu. Neste sentido, embora haja a conduta de conduzir produto de crime, a qual se amolda ao tipo penal previsto no artigo 180 do CP (receptação), é necessário considerar que o agente realizou o próprio crime anterior.

Sendo assim, a doutrina considera que, em tais hipóteses, aplica-se o princípio da consunção, sendo a receptação um “post factum” impunível, neste sentido o STJ já decidiu: “Não é possível cumular na denúncia a prática de roubo e de receptação da mesma coisa. De fato, acaso o bem tenha sido roubado pelo paciente, não pode responder pela receptação dele, porquanto o uso do bem roubado pelo próprio agente nada mais é que post factum impunível, ou seja, mero exaurimento, razão pela qual não pode responder também pelo delito do art. 180 do Código Penal” (HC 179.927/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2013).”. Sendo assim, não há flagrante em relação à receptação.

Ademais, quanto ao furto, este já se consumou, de modo que o flagrante não se mostra adequado, visto que as hipóteses do artigo 302 do CPP, quais sejam: “I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.” não foram

identificadas, vez que o fato não está sendo cometido, não acabou de ser cometido, nem o agente foi encontrado logo após os fatos.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

Direito Previdenciário

QUESTÃO 69. Henrique e Amanda foram casados por 30 anos. Em 02/03/2022, Amanda, que era segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, veio a óbito. Henrique fez o requerimento de pensão por morte ao INSS no dia 02/05/2022.

Segundo a Lei nº 8.213/91, assinale a afirmativa que indica a data a partir da qual Henrique terá direito ao benefício.

- a) Do requerimento, já que foi requerido 60 dias após o óbito.
- b) Do óbito, já que foi requerido em até 90 dias após o óbito.
- c) Da decisão judicial, já que Henrique perdeu o prazo para requerer o benefício administrativamente.
- d) Do óbito, independentemente da data em que foi feito o requerimento.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A data de início do benefício requerido por Henrique terá como termo inicial a data do óbito, pois o benefício foi requerido num lapso temporal de até 90 dias.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 74 da Lei nº 8.213/1991, *a pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.*

As demais alternativas estão incorretas conforme o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 70 Marina, empregada doméstica, é casada com Pedro, trabalhador avulso. Ambos são pessoas de baixa renda. O casal possui 2 (dois) filhos, um com 7

(sete) anos e outro com 15 anos, sendo este inválido. Marina contribui para a Previdência Social há 2 (dois) anos e Pedro iniciou a contribuição há 4 (quatro) meses.

Diante do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Pedro não possui carência mínima para receber o benefício do salário-família.
- b) Marina e Pedro não fazem jus ao salário-família por possuírem um filho maior de 14 (quatorze) anos.
- c) Marina e Pedro têm direito ao benefício do salário-família, na proporção do respectivo número de filhos.
- d) Pedro, na qualidade de trabalhador avulso, não possui direito ao benefício do salário-família.

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda sobre o benefício do salário família.

A alternativa A está incorreta. O Salário Família não tem carência (art. 26, I da Lei 8.213/91).

A alternativa B está incorreta. Terão direito às duas cotas. São de baixa renda. (filho menor de 14 anos e filho maior de 14 anos inválido) – (Art. 65 e art. 66 da Lei 8.213/91).

A alternativa C está correta. Terão direito às duas cotas, na proporção do respectivo número de filhos. São de baixa renda (filho menor de 14 anos e filho maior de 14 anos inválido) – (Art. 65 e art. 66 da Lei 8.213/91).

A alternativa D está incorreta. Pois o trabalhador avulso de baixa renda tem direito ao benefício (Art. 65 da lei 8.213/91).

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 71. Em determinada sociedade empresária trabalham, entre outras, as seguintes pessoas: José, que é teletrabalhador e recebe salário por produção; Vanilda, que trabalha externamente sem que o empregador consiga controlar o seu horário, situação que foi anotada em sua CTPS e na ficha de registro de empregados; Regina, que exerce a função de gerente, comanda um grupo de 45

pessoas, é dispensada da marcação de ponto e recebe salário de R\$ 8.000,00 acrescido de gratificação de função de R\$ 4.000,00.

De acordo com a CLT, em relação ao direito a horas extras, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente José terá direito a horas extras, caso ultrapasse a jornada constitucional.
- b) Nenhum dos empregados indicados no enunciado terá direito a horas extras.
- c) Vanilda e Regina terão direito a horas extras, caso ultrapassem a jornada constitucional.
- d) José e Regina terão direito a horas extras, caso ultrapassem a jornada constitucional.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

De acordo com artigo 62 da CLT: “Nos termos do art. 62, da CLT, não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregado; II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial. III - os empregados em regime de teletrabalho que prestam serviço por produção ou tarefa. Parágrafo único - O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).”

Da análise do texto legal, conclui-se o seguinte: Na forma do supramencionado art. 62, III, da CLT, José, como empregado em regime de teletrabalho, não terá direito a horas extras. Na forma do supramencionado art. 62, I, da CLT, Vanilda, como empregada que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, também não terá direito a horas extras. E, na forma do supramencionado art. 62, II, da CLT, Regina, como gerente, também não terá direito a horas extras.

Portanto, a alternativa correta é a letra B, pois nenhum dos empregados indicados no enunciado terá direito a horas extras

As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 72. Uma família, composta de pai, mãe e uma filha, respectivamente Jorge, Paula e Rita, trabalha na mesma sociedade empresária como funcionários do departamento de produção.

Rita tem 16 anos de idade, estuda na parte da manhã em uma escola vizinha ao local de trabalho, e está cursando o primeiro ano do ensino médio. Os pais são responsáveis pelo setor de qualidade, que não conta com nenhum outro funcionário.

Os três procuraram você, como advogado(a), porque desejam fazer coincidir as férias escolares de Rita, no mês de julho, com as férias de Jorge e Paula, a fim de viabilizar uma viagem familiar.

Entretanto, o empregador indeferiu o requerimento das férias de Jorge e Paula, tendo deferido apenas o de Rita.

Sobre o direito às férias, assinale a afirmativa correta.

a) Cabe o ajuizamento de reclamação trabalhista requerendo que o juiz marque as férias dos 3 membros da mesma família, pois Rita tem direito às férias no período escolar e deverá ser acompanhada pelos pais.

b) Cabe aos empregados a designação do período de férias, inexistindo direito ao empregador de indeferi-las.

c) Os três poderão gozar férias juntos, mas Rita não tem direito de requerer férias concomitantemente com o período de férias escolares.

d) Rita tem direito a fazer coincidir suas férias no emprego com as férias escolares e seus pais terão direito a gozar férias no mesmo período, desde que isso não resulte prejuízo para o serviço, causa do indeferimento pelo empregador.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 136, § 1º, da CLT: “§ 1º - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 136 da CLT: “Art. 136 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 136, § 2º, da CLT: “§ 2º - O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 136, § 1º, da CLT: “§ 1º - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não

resultar prejuízo para o serviço.” Ademais, de acordo com art. 136, § 2º, da CLT: “§ 2º - O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.”

QUESTÃO 73. Você, como advogado, trabalha no setor de recursos humanos de uma grande empresa multinacional. Como o gerente do setor está de férias, e é ele, na condição de gerente, que defere ou indefere as licenças reivindicadas pelos funcionários, a secretária do setor, agora, lhe indagou sobre as solicitações de quatro funcionários: o primeiro está com o contrato suspenso por doença, em gozo de benefício previdenciário de auxílio doença comum e requer pagamento de salário; o segundo requereu o abono de um dia de trabalho, em razão de doação de sangue; o terceiro formulou requerimento de dispensa para ser ouvido como testemunha na Justiça do Trabalho em audiência presencial e, o quarto e último, aduziu que o primo faleceu e requereu a dispensa do dia de trabalho.

Sobre as solicitações, considerando o teor da legislação trabalhista em vigor, assinale a afirmativa correta.

- a) Na hipótese de falecimento do primo, sendo parente do funcionário, a dispensa ao trabalho é devida por um dia.
- b) Em caso de doação de sangue voluntária, devidamente comprovada, o empregado tem direito a um dia de licença remunerada a cada 12 meses.
- c) O empregado em gozo de auxílio-doença tem direito a receber a complementação salarial da diferença entre o benefício previdenciário e o salário.
- d) A ausência ao trabalho para comparecimento em juízo refere-se tão somente aos casos de o empregado ser parte na demanda, mas não para servir como testemunha.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

A alternativa A está incorreta. Não há dispensa nesse caso. A dispensa somente ocorreria, por 2 dias, caso se tratasse de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica. De acordo com art. 473, I, da CLT: “Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 473, IV, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada."

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 476 da CLT: "Art. 476 - Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício". Logo, não há de se falar em complementação salarial.

A alternativa D está incorreta. A lei não faz tal distinção. De acordo com art. 473, VIII, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo."

QUESTÃO 74. Determinada sociedade empresária possui cerca de 100 funcionários e, em razão de mudança na direção, decidiu realizar algumas dispensas. Ocorre que alguns dos funcionários indicados para a dispensa são detentores de garantias no emprego, sendo uma em decorrência de gestação; outra por ser dirigente sindical; outro por ser membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) eleito pelos empregados. Além desses casos existe um quarto funcionário, que informou não poder ser dispensado por também ser membro da CIPA, indicado pelo próprio empregador.

Diante disso, a sociedade empresária consultou você, como advogado(a), para saber os períodos e as possibilidades de dispensa.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Todas as modalidades de estabilidade ou garantia de emprego possuem a mesma duração.
- b) A estabilidade gestante dá-se da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto; a do membro da CIPA eleito pelos empregados, dá-se do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, assim como a do dirigente sindical.
- c) Os empregados representantes da CIPA, seja o eleito pelos empregados, seja o indicado como representante do empregador, têm garantia no emprego até um ano após o término do mandato.
- d) O conhecimento por parte do empregador do estado gravídico da empregada gestante é requisito para o reconhecimento da estabilidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

A alternativa A está incorreta. Não possuem a mesma duração. No caso da estabilidade gestante, esta se dará da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Já a estabilidade do membro da CIPA eleito pelos empregados e a estabilidade do dirigente sindical se darão do registro da candidatura até um ano após o término do mandato. E, no caso do membro da CIPA indicado pelo próprio empregador, não há de se falar em estabilidade.

A alternativa B está correta. A gestante possui estabilidade desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto, de acordo com art. 391-A da CLT e art. 10, II, alínea 'b' do ADCT: "Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." e "Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto".

Já o membro da CIPA possui estabilidade desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato, de acordo com art. 165 da CLT e art. 10, II, alínea 'a', do ADCT: "Art. 165 - Os titulares da representação dos empregados nas CIPA (s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro." e "Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;"

Por fim, o dirigente sindical também possui estabilidade desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato, de acordo com art. 543, § 3º, da CLT: "§ 3º - Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 165, supramencionado, somente os titulares de representação dos empregados fazem jus à estabilidade, não se incluindo em tal proteção o representante do empregador.

A alternativa D está incorreta. De acordo com julgamento do RE 629053 pelo STF, a estabilidade tem lugar independentemente do prévio conhecimento: "DIREITO À MATERNIDADE. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRA DISPENSA ARBITRÁRIA DA GESTANTE. EXIGÊNCIA UNICAMENTE DA PRESENÇA DO REQUISITO

BIOLÓGICO. GRAVIDEZ PREEXISTENTE À DISPENSA ARBITRÁRIA. MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA AOS HIPOSSUFICIENTES, VISANDO À CONCRETIZAÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL. DIREITO À INDENIZAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. (...) 3. A proteção constitucional somente exige a presença do requisito biológico: gravidez preexistente a dispensa arbitrária, independentemente de prévio conhecimento ou comprovação." Por fim, a Súmula 244 do TST, aborda que: I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).

QUESTÃO 75. Plínio Salgado ficou afastado do trabalho por 8 meses em benefício previdenciário decorrente de doença ocupacional relacionada ao trabalho. Ao retornar após a alta médica, foi informado que não teria direito ao gozo de férias, pois necessitaria cumprir mais um ano de trabalho, bem como seu FGTS deixou de ser depositado, já que não houve trabalho. Além disso, seu salário permaneceu congelado, por não haver trabalho, não lhe sendo devidas as diferenças salariais decorrentes do aumento espontâneo concedido pelo empregador aos empregados que estavam ativos.

Na qualidade de advogado(a) de Plínio, assinale a opção que, corretamente, contempla os efetivos direitos de seu cliente.

- a) Plínio apenas faz jus aos depósitos do FGTS do período de afastamento, bem como ao reajuste salarial concedido pelo empregador.
- b) Plínio faz jus aos depósitos do FGTS do período de afastamento, bem como ao reajuste salarial concedido pelo empregador e ao cômputo do período de afastamento no período aquisitivo de férias.
- c) Plínio não tem direito ao reajuste salarial, pois não houve contraprestação no período do aumento espontâneo, não se tratando de norma coletiva.
- d) Plínio não tem direito aos valores do FGTS do período, pois em gozo do benefício previdenciário não há cômputo do tempo de serviço.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

A alternativa A está correta. Plínio faz jus aos depósitos de FGTS do período de afastamento, pois se trata de doença ocupacional relacionada ao trabalho, a qual se equipara a acidente do trabalho. De acordo com art. 15, § 5º, da Lei 8.036/90, o depósito do FGTS é obrigatório em caso de acidente do trabalho: "Art. 15. Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o vigésimo dia de cada mês, em conta vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada

trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Gratificação de Natal de que trata a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. (...) § 5º O depósito de que trata o caput deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.”

Ademais, Plínio também faz jus ao reajuste salarial concedido pelo empregador, de acordo com art. 471, da CLT: “Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.”

A alternativa B está incorreta. Conforme mencionado na justificativa da alternativa A, Plínio faz jus aos depósitos do FGTS do período de afastamento, bem como ao reajuste salarial concedido pelo empregador. No entanto, a alternativa está incorreta porque Plínio não faz jus ao cômputo do período de afastamento no período aquisitivo de férias, pois ficou afastado por mais de 6 meses, em gozo de benefício previdenciário. De acordo com art. 133, IV, da CLT: “Art. 133 - Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: IV - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.”

A alternativa C está incorreta. Conforme mencionado na justificativa da alternativa A, Plínio faz jus ao reajuste salarial, de acordo com o disposto no artigo 471 da CLT.

A alternativa D está incorreta. Conforme mencionado na justificativa da alternativa A, Plínio faz jus aos depósitos do FGTS do período de afastamento, pois se trata de doença ocupacional relacionada ao trabalho, a qual se equipara a acidente do trabalho. E, de acordo com art. 15, § 5º, da Lei 8.036/90, o depósito do FGTS é obrigatório em caso de acidente do trabalho.

PROCESSO DO TRABALHO

QUESTÃO 76. Em uma reclamação trabalhista na qual o reclamante postula apenas o pagamento das verbas devidas pela extinção do contrato, a sociedade empresária alegou em sua defesa que nada seria devido porque o ex-empregado praticou uma falta grave e, por isso, foi dispensado por justa causa.

Na audiência de instrução, cada parte conduziu duas testemunhas e, após ouvir os depoimentos pessoais, e considerando a tese da contestação, o juiz decidiu ouvir primeiramente as testemunhas do reclamado e após as do reclamante.

Diante dos fatos e da previsão contida na CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Errou o juiz, pois de acordo com a CLT as testemunhas do reclamante devem ser ouvidas antes daquelas conduzidas pelo reclamado, haja vista o direito de defesa.

b) Uma vez que a CLT não dispõe sobre a ordem de produção das provas, fica a critério do magistrado a definição, inclusive a ordem de produção da prova oral e a quantidade de testemunhas admitidas.

c) O juiz tem o poder de alterar a ordem de realização das provas, inclusive a oitiva das testemunhas, tendo em vista as alegações das partes e adequando-as às necessidades do conflito.

d) A forma realizada pelo magistrado nulificou a produção das provas e a sentença, que poderá ser anulada para que a instrução seja refeita com renovação das provas na ordem correta.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

A alternativa A está incorreta. O juiz não errou, pois poderá, sim, alterar a ordem de realização das provas. Nos termos do art. 765, da CLT: "Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas."

A alternativa B está incorreta. A CLT que determina a quantidade de testemunhas admitidas, sendo 2 testemunhas para o rito sumaríssimo, de acordo com seu artigo 852-H, § 2º, e 3 testemunhas para o rito ordinário e 6 testemunhas para o inquérito administrativo por falta grave, de acordo com seu artigo 821. Veja: "Art. 852-H. (...) § 2º As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação." e "Art. 821. Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis."

A alternativa C está correta. De acordo com art. 765, da CLT: "Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas."

A alternativa D está incorreta. Não há de se falar em nulidade, pois a alteração é lícita, conforme art. 765 da CLT.

QUESTÃO 77. De uma sentença trabalhista, que julgou o pedido procedente em parte, somente o reclamante recorreu. No prazo de 8 dias da intimação acerca do recurso, a sociedade empresária apresentou contrarrazões ao recurso ordinário e recurso ordinário adesivo.

Do recurso adesivo, o juiz concedeu vista ao reclamante, que se manifestou desistindo do recurso principal.

Diante do caso retratado e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- a) Não existe previsão de recurso adesivo na CLT e, por isso, ele não pode ser interposto na Justiça do Trabalho.
- b) O recurso adesivo pode ser manejado na seara trabalhista, e, com a desistência do recurso principal, o adesivo será admitido e apreciado pelo TRT.
- c) O recurso adesivo, com a desistência do recurso principal, não poderá ser conhecido, ocorrendo assim o trânsito em julgado da sentença.
- d) A desistência do recurso principal dependerá de concordância da parte contrária, porque isso pode gerar consequência ao recurso adesivo.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

A alternativa A está incorreta. O recurso adesivo é cabível, sim, na Justiça do Trabalho, conforme Súmula 283 do TST: “O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.”

A alternativa B está incorreta. Com a desistência do recurso principal, o recurso adesivo não será conhecido. Vide justificativa da alternativa C.

A alternativa C está correta. De acordo com art. 997, § 2º, III, do CPC: “§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte: III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 998 do CPC: “Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.”

QUESTÃO 78. O Município de Sete Lagoas/MG foi condenado de forma subsidiária numa reclamação trabalhista envolvendo terceirização. Sendo infrutífera a execução contra o prestador dos serviços, a execução foi direcionada em desfavor do Município, que pretende ajuizar embargos à execução questionando os cálculos.

Sobre o caso, de acordo com a Lei de Regência, assinale a afirmativa correta.

- a) Será obrigatório garantir o juízo, porque não há privilégios na Justiça do Trabalho.
- b) É desnecessária a garantia do juízo diante da natureza jurídica do executado.
- c) Para serem admitidos os embargos, o Município deverá depositar metade do valor exequendo.
- d) O juízo precisa ser garantido com seguro fiança judicial para não abalar as finanças do ente público.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

A alternativa B está correta. A Fazenda Pública não necessita garantir o juízo porque seus bens são impenhoráveis. Neste ponto, vale mencionar que o prazo que a Fazenda possui para apresentar Embargos à Execução é de 30 dias, conforme art. 884 da CLT c/c art. 1º-B da Lei nº 9.494/97: "Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação." e "Art. 1º-B. O prazo a que se refere o caput dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser de trinta dias."

No mesmo sentido, os Tribunais Regionais do Trabalho vêm decidindo, a exemplo da seguinte decisão do TRT-3: "(...) A execução contra a Fazenda Pública obedece a regramento especial, em face da impenhorabilidade dos bens públicos, constitucionalmente assegurada, que impõe procedimento que prevalece sobre a legislação trabalhista, que não possui regras específicas sobre a matéria. Faz-se, portanto, necessária a aplicação subsidiária do CPC e das demais normas processuais que regem a execução contra a União, sendo aplicáveis o disposto no art. 100 da CF, arts. 534 e 535 do CPC, além dos dispostos na Lei nº 9.494/97 e no Decreto Lei nº 779/69. Nesse contexto, a garantia do juízo não é pré-requisito para a interposição dos embargos à execução pelo Município. (...) [Processo nº 0010809-78.2021.5.03.0010 (AP)]."

A alternativas A C e D estão incorretas, posto que é desnecessário a Fazenda Pública garantir o juízo, conforme explicado acima, na justificativa da alternativa B.

QUESTÃO 79. John estava empregado em uma sociedade empresária de óleo e gás, mas foi injustamente dispensado por justa causa, com base em uma falsa acusação de consumo de álcool a bordo da plataforma, no dia 20/03/2023.

Você, como advogado de John, ajuizou reclamação trabalhista e a única testemunha do seu cliente não fala ou entende português, apenas inglês. Você a

arrolou como testemunha, e já requereu e obteve o benefício da gratuidade de justiça.

Sobre seu requerimento para a produção da prova, assinale a afirmativa correta.

- a) Você deverá requerer ao juiz um intérprete, que será custeado pela ré, se sucumbente no objeto da prova, ou pela União, se você for a parte sucumbente.
- b) Deverá ser requerido ao juiz um intérprete, que independentemente da gratuidade de justiça, deverá ser custeado pela parte a quem o depoimento interessar.
- c) Considerando que seu cliente fala inglês, ele poderá servir de intérprete pelo princípio da economia processual.
- d) A gratuidade de justiça não alcança o intérprete, sendo apenas para custas e perícias judiciais, logo a parte autora deverá custear a despesa processual.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

A alternativa A está correta. De acordo com artigo 819, caput e § 2º, da CLT: “Art. 819 - O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente. § 2º As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

Ademais, veja o que determina artigo 98, § 1º, VI, do CPC: “§ 1º A gratuidade da justiça compreende: VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;”

A alternativa B está incorreta. A despesa com intérprete será custeada por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita, de acordo com artigo 819, § 2º, da CLT.

A alternativa C está incorreta. O intérprete deverá ser nomeado pelo juiz ou presidente, conforme artigo 819, caput, da CLT.

A alternativa D está incorreta. A gratuidade da justiça alcança, sim, o intérprete, conforme se depreende da leitura do artigo 819, § 2º, da CLT.

QUESTÃO 80. Determinada sociedade empresária, sua cliente, recebeu a visita de fiscais do trabalho, os quais apontaram haver irregularidades quanto às condições de trabalho de alguns empregados, bem como entenderam irregular, no dia, estarem nas dependências da empresa pessoas prestadoras de serviço por intermédio de MEI - Micro Empreendedor Individual.

Diante disso, foram lavrados dois autos de infração aplicando multas severas, sendo concedido prazo de 30 dias para pagamento, sob pena de fechamento do estabelecimento. Não foi facultado à sua cliente nenhum direito à ampla defesa, sendo certo que, de fato, nada foi verificado pelos fiscais. A sociedade empresária tem a documentação de todas as condições de trabalho e alega que os prestadores de serviço são autônomos.

Assinale a opção que indica a medida juridicamente cabível que melhor atenda, com urgência, aos interesses da sua cliente de sustar os autos de infração.

- a) Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho.
- b) Agravo de Petição na Justiça do Trabalho.
- c) Mandado de Segurança na Justiça Federal.
- d) Agravo de Instrumento na Justiça do Trabalho.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

A alternativa A está correta. É cabível mandado de segurança na Justiça do Trabalho, conforme art. 114, IV e VII da CF: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: IV os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;”

Ademais, o instrumento mais adequado para atender uma situação de urgência é o mandado de segurança, pois tem prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus, fazendo com que seu andamento seja mais rápido se comparado aos outros processos. É isso o que determina art. 20 da Lei 12.016/2009: “Art. 20. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.”

A alternativa B está incorreta. O agravo de petição é cabível nas execuções trabalhistas, de acordo com art. 897, alínea ‘a’, da CLT: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;”

A alternativa C está incorreta. Vide justificativa da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. O agravo de instrumento é cabível contra despachos que denegarem a interposição de recursos, conforme determina art. 897, alínea ‘b’, da CLT: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.”